INTERSINDICAL

Quarta-feira, 14 de Maio de 1975

alavanca

22

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 3$50

CGTP - IN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Nº S 376
/ /

OS «QUADROS» TAMBÉM SÃO TRABALHADORES

PESCADORES DE SETÚBAL Pág. 16

alavanca

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

N.º 22

14 de Maio de 1975

DIRECTOR INTERINO:
José Luís Judas

16 páginas
Preço avulso, 3$50

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Av. Duque de Loulé, 83 - 3.º
Telefs. 5 99 93/4 57 12 — LISBOA-1

DELEGAÇÃO NO NORTE
UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO
Rua de Santa Catarina, 922-1.º
Telefs. 380752/59 PORTO

Distribuição para postos de venda ao público:
Distribuidora «O SÉCULO»

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Empresa do Jornal do Comércio, S. A. R. L.

RÁDIO

A VOZ DA INTERSINDICAL TODOS OS DIAS DAS ZERO ÀS DUAS DA MADRUGADA ATRAVÉS DS ONDAS MÉDIAS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS (A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES PARA TODOS OS TRABALHADORES

A LEI DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

A Lei das Associações Sindicais vei ser, finalmente, publicada. No essencial, corresponde às reclamações e aspirações dos trabalhadores portugueses. Consagra o princípio da unicidade sindical, claramente plesbicitado pelas assembleias e plenários realizados em Novembro e pela grandiosa manifestação do 14 de Janeiro, e que corresponde, aliás, a resolução já tomada em princípios do ano pelo III Governo Provisório.

A lei agora promulgada consagra, igualmente, outras normas amplamente reclamadas pelos trabalhadores e que foram resumidamente expressas na moção aprovada nos plenários da Intersindical Nacional realizados em 12 e 13 de Outubro e em 30 de Novembro do ano passado:

— garantia de independência e autonomia das organizações sindicais perante o Estado, o patronato e os partidos políticos;
— garantia de funcionamento democrático dos sindicatos;
— garantia do direito de acção sindical nas empresas;
— nulidade de qualquer acordo que limite a liberdade sindical dos trabalhadores.

Naturalmente, a consagração de tais normas nem sempre corresponderá à mais aberta das soluções reclamadas. O seu cotejo cuidado será feito em artigo de análise a publicar. Mas há que dizer que, no essencial, as reclamações dos trabalhadores foram atendidas.

Cumpre destacar, aliás, que as normas da lei tendentes a assegurar a mais ampla democracia, independência e representatividade da organização sindical correspondem a profundas aspirações dos trabalhadores de que o movimento sindical unitário português sempre se fez intérprete e por que lutou.

Pessoas estranhas ao movimento sindical procuraram, nos últimos meses, fazer crer que era seu o mérito de tais normas. É falso. Todos os esforços de tais «vigilantes da liberdade» foi, muito ao contrário, no sentido de impor normas de carácter burocrático. Tais normas que, segundo se julga saber, teriam chegado a vencer no seio do Governo Provisório, em Janeiro passado impediriam, na prática, ou pelo menos dificultariam a estruturação do movimento sindical unitário, obstando ao reconhecimento do seu direito de intervenção aos diversos níveis da vida nacional e assim enfraquecendo os trabalhadores.

Da lei que se encontra agora para publicação, tais entraves foram total ou quase totalmente afastados. O Conselho da Revolução abriu assim o caminho ao fortalecimento de uma organização sindical unitária, coesa e viva, capaz de ser uma arma nas mãos dos trabalhadores, ao serviço da Revolução.

A decisão do Conselho Superior da Revolução relativamente à lei sindical corresponde ao reconhecimento do papel fundamental que os trabalhadores têm a desempenhar na transformação da economia e de toda a sociedade portuguesa, na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, rumo ao socialismo.

A virulência que a batalha da unicidade assumiu está, hoje, amplamente justificada. Se os trabalhadores tivessem consentido na sua divisão, como teria sido possível avançar os passos já dados na liquidação do poder dos monopólios? Como teria sido possível responder à sabotagem económica virando a Revolução Portuguesa rumo ao socialismo?

Os trabalhadores portugueses continuarão unidos para além da diversidade das suas posições ideológicas e partidárias. Os trabalhadores portugueses prosseguirão a construção de uma organização sindical forte e unitária. Os trabalhadores portugueses vencerão a batalha da produção. Os trabalhadores portugueses, unidos a todas as forças consequentemente democráticas, em aliança com o M. F. A., vencerão a batalha da economia, transformarão a sociedade portuguesa, construirão uma pátria socialista!

INTERSINDICAL

alavanca

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

Av. Duque de Loulé, 83-3.º — LISBOA

BOLETIM DE ASSINATURA

Modalidade de assinatura: ☐ 6 meses (85$00)
☐ 12 meses (165$00)
(Riscar o que não interessa)

Nome .....
Morada .....
Profissão .....
Local de cobrança .....

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido a «ALAVANCA»

Cortar e enviar a «ALAVANCA»

CALÚNIAS CONTRA A INTERSINDICAL

INTERSINDICAL

1. Os jornais «República» e «Expresso» lançaram, ambos no dia 10 de Maio, artigos de «análise» sobre o surto grevista que se verificou na passada semana, que mais não são que acções concertadas daqueles órgãos de informação «independentes» respectivamente do PS e do PPD, no sentido de continuarem a sua campanha contra a Intersindical.

2. Para os seus fins o «Expresso» e a «República» servem-se da mentira para caluniar a Intesindical, assim:

a) A «República» afirma que «nos conflitos de trabalho surgidos em algumas empresas como a Plessey, a ITT, a Siemens ou a Cabos Ávila, onde a Intersindical, através dos seus delegados, organizou ontem nos locais de trabalho diversos movimentos de pressão sobre as negociações em curso no Ministério do Trabalho relativas a despedimentos sem justa causa».

b) Na mesma linha de mentiras, o «Expresso» refere «a posição aparentemente paradoxal tomada pela Intersindical em relação ao caso TAP, em que apareceu a estimular o recurso à greve, em contradição flagrante com as suas acusações passadas contra os trabalhadores...»

3. É completamente mentira que a Intersindical tenha promovido reuniões na ITT, na Siemens, na Plessey, ou nos Cabos Ávila, como é igualmente mentira que tenha havido qualquer sua intervenção no caso TAP.

A Intersindical desafia a «República» e o «Expresso», sob pena de confirmarem a sua acção caluniosa, a dizerem quem representando a Intersindical anda a aliciar os trabalhadores para a greve.

4. É a partir destas mentiras que o «Expresso» e a «República», fazem as suas análises para chegarem à conclusão que a Intersindical anda a lançar um clima de agitação social.

5. Não passa despercebido aos trabalhadores que o «Expresso» e a «República», nas suas análises não fazem referência à actuação dos representantes das multinacionais do sector eléctrico que querem continuar a despedir os trabalhadores, nem aos industriais hoteleiros que desprezam o acordo que os seus representantes haviam assumido em negociações directas com os Sindicatos, nem aos agitadores e provocadores que andam a fazer manifestos anónimos aos funcionários das autarquias locais convidando-os à greve.

6. A Intersindical reafirma que em cada caso concreto os trabalhadores deverão analisar as suas lutas por forma a que a greve só seja utilizada pelos trabalhadores em último recurso, e sem que dessa utilização resulte prejuízo não só para os directamente envolvidos como sobretudo para o avanço do processo revolucionário.

7. Tal orientação da Intersindical foi definida pelo seu Plenário logo a seguir ao 25 de Abril e sempre tem sido defendida com firmeza, mesmo na altura em que outros pretendiam ficar oportunisticamente de fora não fossem perder votos.

Disso, tem perfeito conhecimento o Conselho Superior da Revolução o que demonstra pelo decreto em que reconheceu a existência legal da Intersindical, quando afirma que ela é um dos pilares da aliança do Povo/MFA.

Por isso, os contra-revolucionários do 11 de Março tinham como um dos seus objectivos o ataque à Intersindical.

8. A Intersindical sabe distinguir críticas nesta ou naquela sua actuação concreta, dos ataques que, servindo-se da mentira, tentam lançar a divisão nos trabalhadores.

A «República» e o «Expresso» deverão nas suas análises distinguir se querem estar com a unidade dos trabalhadores, de que a Intersindical efectivamente é expressão ou se querem alinhar com o ELP e os contra-revolucionários que pretenderam destruir a Intersindical, à qual classificavam de seu 2.º inimigo a abater.

Lisboa, 12/5/75

O Secretariado da Intersindical Nacional

ELEIÇÕES NOS SINDICATOS

Dentro das calúnias que os divisionistas de todos os matizes lançam sobre o Movimento Sindical, um dos mais batidos tem sido o que é necessário haver «eleições nos Sindicatos» por «voto secreto e não por braço no ar», etc...

Tais afirmações são demagógicas e infundadas, e pretendem, através do aproveitamento do valor dado pelos trabalhadores à Democracia, lançar poeira nos seus olhos levando-os a atacar as organizações sindicais e os seus dirigentes.

Senão vejamos:

O projecto-lei das associações sindicais posto pelo Governo Provisório (que incluía representantes do PCP, PS e PPD), à discussão nos Sindicatos dizia no n.º 3 do art.º 14.º:

«Em caso algum poderá haver eleições indirectas devendo o escrutínio ser sempre secreto.»

Durante a discussão efectuada nos sindicatos não foi feita qualquer observação a este preceito o que pode confirmar-se pela leitura do relatório das conclusões finais, entregue pela Intersindical, aos membros do MFA que constituíam o então Conselho dos Vinte e, o que é mais importante para este caso, entregue também aos representantes dos seguintes partidos políticos;

PCP; PS; MDP/CDE; PPD.

Surpreendentemente, o dr. Mário Soares, Secretário-Geral do PS e membro do Governo e portanto conhecedor do referido projecto-lei e das conclusões finais da discussão sobre ele feita nos Sindicatos, em conferência de Imprensa do dia 28 Jan. 75, justificou a continuidade do seu partido no Governo, pelo facto, de para além de outras razões, ter conseguido que não houvesse eleições nos Sindicatos de braço no ar, mas sim por voto secreto e directo.

Os trabalhadores mesmo sem lei, e passado que foi o período provisório decorrente do facto de terem «corrido» em 25 de Abril com as direcções fascistas dos Sindicatos, foram normalizando a vida das suas associações de classe e realizaram eleições por voto secreto e directo em grande número de Sindicatos, abrangendo as mais variadas profissões e regiões do País.

Quem pode contestar a democraticidade das eleições feitas nos Sindicatos dos Escritórios de Lisboa e do Porto, dos Bancários do Porto, dos Electricistas do Sul, dos Rodoviários de Lisboa, dos Gráficos, dos Hoteleiros, Metalúrgicos de Setúbal, Construção Civil de Lisboa, Químicos de Lisboa, Telefonistas de Lisboa, Escritórios e Caixeiros de Santarém, Leiria e Setúbal, etc.... etc.... etc....?

Os trabalhadores? Não. À excepção do caso dos Químicos de Lisboa em que houve a necessidade da intervenção dos representantes do MFA, todas as eleições decorreram sem terem merecido quaisquer protestos da parte das listas concorrentes derrotadas, na eleição ou de qualquer trabalhador.

O Movimento Sindical Português é dos únicos na Europa e no Mundo em que a tradição eleitoral possibilita a que TODOS os trabalhadores possam participar directamente na escolha dos seus dirigentes.

Só quem desconfia dos princípios democráticos que nortelam a acção do MFA, pode admitir que o Conselho Superior da Revolução iria aprovar uma lei que não obrigasse ao respeito dos princípios democráticos usuais em qualquer processo eleitoral, que são a condição indispensável à verdadeira representatividade dos dirigentes sindicais.

A lei aprovada consagra, como não podia deixar de ser, a prática seguida pelos trabalhadores de fazer eleições por voto secreto e directo.

Ao falar-se agora em eleições por voto secreto e directo nos Sindicatos pretende-se democratizar a vida sindical?

Não. Aqueles que reclamam as eleições nos Sindicatos sabem que os trabalhadores são a classe democrática por excelência, a classe que utiliza a democracia como base fundamental em que alicerça a sua unidade na acção.

Que pretendem então?

Fundamentalmente desviar os trabalhadores das tarefas urgentes que se lhes põem para avanço do processo democrático e que são a batalha pelo aumento de produção e o seu controlo pelos trabalhadores, repetindo eleições que todos sabem terem sido feitas democraticamente.

Não é por acaso que as mesmas forças que querem as eleições nos Sindicatos atiram com o «papão» do «Capitalismo de Estado» numa altura em que o MFA fala em institucionalizar o controlo de produção pelos trabalhadores.

Em segundo lugar pretendem repetir as eleições nos Sindicatos para tentarem obter algumas direcções da sua confiança.

Enganam-se os que julgam que os trabalhadores escolhem os seus delegados e dirigentes sindicais pela sua filiação partidária.

Os trabalhadores escolhem sempre para os dirigir, camaradas que pela sua firmeza na luta contra os patrões e a reacção encarnem os seus interesses de classe e defendam o processo revolucionário.

Tem sido essa a grande força dos trabalhadores portugueses e continuará a sê-lo, se conseguirem, conscientemente, irem desmascarando os demagogos e divisionistas que os querem lançar na luta partidária, em prejuízo do objectivo fundamental:

O FIM DA EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM!

O Secretariado da Intersindical

ORGANIZAÇÕES CANCELA:

Situação tensa entre trabalhadores e administração

TRABALHADORES EM LUTA

Conforme já foi noticiado no nosso jornal, os trabalhadores da firma Cancela mostram-se dispostos a levar até às últimas consequências a defesa das suas justas reivindicações, apesar do boicote sucessivo que a administração tem feito às várias tentativas de negociações.

As Organizações Cancela, empresa distribuidora de móveis e venda de terrenos, além de importadora de máquinas de costura e tricotar, assim como de electrodomésticos, engloba um conjunto de sete firmas, já que a oitava — **A. Cancela & Irmão** — é considerada pelos trabalhadores como uma firma-fantasma para movimentação das outras. Mesmo sem sermos profundos conhecedores dos meandros da maquinaria comercial, facilmente se adivinha estarmos perante um dos muitos estratagemas mais ou menos desonestos a que o regime fascista fechava os olhos e mercê dos quais os «senhores administradores» metiam ao bolso quantias fabulosas, em detrimento das condições de trabalho dos seus funcionários, está bem de ver, mas em benefício, é evidente, dos ditos «senhores» e seus agregados familiares (e não só...).

Historiando um pouco, recordaremos que a luta dos trabalhadores dos Estabelecimentos Cancela teve início em Junho de 74, altura em que uma Comissão de Trabalhadores, eleita democraticamente, elaborou um Caderno Reivindicativo, no qual, e entre outros pontos, era pedido aumento de salários, mas apenas para os funcionários mais desfavorecidos. A administração recusou integralmente o Caderno, após o que resolveu criar uma segunda Comissão, que incluía funcionários «comprados» e que tinha por fim boicotar a primeira. Em Agosto do mesmo ano foram concedidos aumentos de cerca de 500$00 a cada trabalhador, numa tentativa de manobra que não deu os resultados pretendidos.

O segundo Caderno Reivindicativo dos trabalhadores foi elaborado em Setembro e apresentava como principais reivindicações os seguintes pontos: Vantagens sociais idênticas para todos os trabalhadores; 13.º mês para todos os trabalhadores; equilíbrio de vencimentos; um mês de férias com subsídio a 100 % e subsídio de almoço.

Destas reivindicações, apenas 50 % foram aceites e portanto, a partir de Abril e depois do fecho do balanço, os trabalhadores decidiram apresentar um terceiro e último Caderno Reivindicativo, contendo pontos verdadeiramente revolucionários, através dos quais se pretende assegurar o direito ao trabalho e que se enquadra, todo ele, no pedido de vigilância que o Governo actualmente faz.

Convém acrescentar que a Comissão de Trabalhadores foi ultrapassada por uma Comissão de Delegados dos Trabalhadores, incluindo as diversas classes na empresa (empregados de escritório, telefonistas, motoristas, caixeiros, etc.). Existe ainda um Secretariado composto por cinco elementos, sendo um de cada uma das firmas principais.

O IMPASSE MANTÉM-SE E OS TRABALHADORES NÃO DESISTEM

Dado que foi proibido o acesso às instalações a todos os administradores ou gerentes e tanto quanto sabíamos o problema não parecia em vias de solução, dirigimo-nos aos Estabelecimentos Cancela a fim de contactarmos directamente com alguns trabalhadores. Serafim de Oliveira Nunes e Júlia Costa, ambos contabilistas da firma, trocaram connosco algumas impressões.

— Depois de apresentado o terceiro e último Caderno, demos um prazo para apreciação do mesmo, o qual não foi aceite. Mais tarde realizaram-se conversações no Ministério do Trabalho, das quais resultou uma enorme discussão, que se prolongou pelo espaço de três reuniões. Havia um boicote e uma recusa sistemática por parte da administração em aceitar o ponto 13.º do Caderno, que se refere aos lucros das firmas das Organizações Cancela, os quais os trabalhadores pretendem que os gerentes não levantem. O que nós queremos é que eles fiquem nas firmas para que façam uma capitalização que dê maior desenvolvimento às Organizações, criando portanto um maior número de postos de trabalho.

Os trabalhadores exigiam que 100 % dos lucros se mantivessem nas firmas, mas acabaram por ceder no levantamento de 30 % dos mesmos.

— Fundamentalmente — acrescenta Júlia Costa — **o último Caderno Reivindicativo é um pedido de saneamento das despesas da empresa.**

A vigilância dos trabalhadores impediu que a administração fizesse levantamentos bancários. Apenas não foi possível evitar a saída de duzentos e tal contos de um dos bancos, que não tiveram possibilidades de avisar a tempo.

Neste momento todas as firmas estão ocupadas e o impasse mantém-se. Não há qualquer contacto entre trabalhadores e administração, a qual, num comunicado inserto no «Diário de Notícias» de 9-5, responsabilizava os trabalhadores por toda a actual situação.

Desde o primeiro dia da sua justa luta que os trabalhadores têm tido todo o apoio dos Sindicatos a que estão vinculados e a certeza de que estão a lutar por condições de trabalho a que têm direito: mantém-nos firmes nas suas reivindicações e nos seus propósitos.

«É NOSSA INTENÇÃO IR MUITO MAIS PARA A ESQUERDA»

Oliveira Nunes é funcionário da firma há dois anos e nós quisemos saber se antes da elaboração do Caderno Reivindicativo houve qualquer atrito entre ele e a administração e se as relações entre ambas as partes eram boas.

— Pessoalmente nunca tive qualquer problema. As relações eram normais. Mas tive conhecimento de que havia problemas com muitos dos meus colegas.

— Portanto, aderiu à luta por uma questão de solidariedade para com os outros trabalhadores?

— Exactamente. Na altura até me sentia normalmente pago e já tinha certas vantagens sociais que o contrato me dava. Não me dava era férias, mas isso também não tinha grande importância, pois havia muita gente que tinha menos que eu. Mas por uma questão de justiça social aderi imediatamente.

— E as relações pessoais, já não digo de trabalho, eram boas?

— Não, havia pontos comuns entre nós. Só existiam relações de trabalho.

Júlia Costa está há três anos na casa e nunca teve problemas de maior.

— Considera-se bem paga?

— De forma nenhuma. Não me pagavam de acordo com as funções que desempenho. Eles regiam-se por aqueles contratos colectivos fascistas, que eram aproveitados pela maioria dos patrões. Como tive possibilidades de ir trabalhar para outros sítios, havia sempre imensas promessas por parte da Administração, promessas que se iam adiando, claro.

Oliveira Nunes acrescenta:

— A partir do 25 de Abril e do momento em que pudemos falar, começámos a ser verdadeiramente revolucionários. À medida que nos íamos politizando fomos tomando posição em relação ao momento actual. Após a recusa do ponto n.º 13 do Caderno Reivindicativo, tal como aconteceu no 28 de Setembro e no 11 de Março, em que o Governo foi mais para a esquerda, nós trabalhadores da firma Cancela também é nossa intenção ir muito mais para a esquerda e para uma situação profundamente drástica. Tomando mesmo uma posição de força se acaso for necessário. Não permitindo sequer a entrada da administração nas nossas instalações. Já por três vezes que tentámos negociar, fomos inclusivamente ter com sócios «fantoches», que eram sócios trabalhadores, mas que se viraram para o capital. Um dia estivemos reunidos até às seis da manhã, eles acabaram por aceitar trabalhar connosco, assinaram inclusivamente uma acta tomando esse compromisso e depois deram o dito por não dito. Já vê que não são pessoas dignas de trabalhar connosco.

«Só temos um pedido a fazer ao M.F.A. e ao Conselho de Revolução: é que nomeie uma Comissão para o conjunto das firmas Cancela, para que possamos prosseguir a nossa vida normal de trabalho sem os senhores administradores nem os sócios fantoches.»

«Fundamentalmente o último Caderno Reivindicativo é um pedido de saneamento das despesas da empresa», disse-nos Júlia Costa

TRABALHADORES DA TRANSUL:

«ACABAR COM A EXPLORAÇÃO DOS UTENTES»

Os trabalhadores da Transul ocuparam as instalações da empresa para colocarem as camionetas ao serviço dos utentes. «A gerência não pode entrar» foi a decisão plenária dos trabalhadores.

Já antes do 25 de Abril, os trabalhadores da Transul lutaram por melhores condições de vida. No entanto, naquele tempo à luta contra a exploração opunham-se os interrogatórios, a prisão, a P.I.D.E. Em Março de 1974, encetaram estes trabalhadores a luta pela abolição das horas extraordinárias. Foram então violentamente reprimidos pela P.I.D.E. e outras forças repressivas.

Após o 25 de Abril e com as novas condições criadas, a luta prosseguiu. Assim continuou a recusa às horas extraordinárias e encetou-se um novo tipo de luta, a não cobrança dos bilhetes.

Sobre isto, Arlindo Ribeiro, dirigente do Sindicato dos Motoristas de Setúbal e membro da Comissão de Trabalhadores da Transul, disse-nos: **«Fomos então para o Ministério dos Transportes onde o comandante Girão nos ameaçou pretendendo ao mesmo tempo que a nossa luta terminasse. Conseguimos no entanto, um aumento de 700$00 para todo o pessoal, que se manteria até ao fim do mês de Maio. O patrão comprometeu-se a pagar, e, a partir daqui, começámos novamente a fazer horas extraordinárias e a cobrar bilhetes.»**

As manobras patronais não ficaram por aqui. Aproveitando-se da desorganização inicial dos trabalhadores, determinados sectores, como as oficinas, não foram abrangidos pelos aumentos previstos.

Entretanto, os motoristas dos «Belos» começaram também a desenvolver um processo de luta, pelo que passaram a não cobrar bilhetes.

Sobre a maneira como esta luta acabou por interferir na luta dos motoristas da Transul, Arlindo Ribeiro continuou: **«Os motoristas dos «Belos» conseguiram então um aumento de 1500$00. Os trabalhadores daqui começaram a movimentar-se. O patrão mandou então cortar o gasóleo e preparou-se para fazer «lock-out». Perante isto, nós, trabalhadores, no dia 15 de Maio concentrámo-nos no interior das instalações da empresa, retivemos o patrão e exigimos deste um aumento salarial e condições como as que, os trabalhadores da empresa «Belo» conseguiram. Assim, obtivemos ordenados iguais aos deles, no pessoal de movimento (cobradores e motoristas) e um aumento de 1500$00, para o resto do pessoal.»**

No entanto, como nem «só de pão vive o homem», as reivindicações destes nossos camaradas não se limitavam apenas a questões salariais. Desde o 25 de Abril que a comissão de trabalhadores, fiel interprete dos anseios dos cerca de 730 trabalhadores que a elegeram, se batia pelo fim das horas extraordinárias, para possibilitarem a entrada de mais pessoal, pelo melhoramento das condições de trabalho, pelo bom funcionamento da empresa. Por tudo aquilo que o «bom» do patrão se recusava a dar pensando ainda «nos bons velhos tempos».

NOVO CADERNO

Em Dezembro de 1974, os trabalhadores da Transul apresentaram novo caderno reivindicativo.

«Nesta altura, apresentámos novo caderno reivindicativo — continuou Arlindo Ribeiro — **até porque a gerecência se tinha comprometido a aumentar-nos logo que as tarifas fossem revistas. É evidente que este compromisso tinha sido verbal pelo que as tarifas foram revistas e ordenados, nada. O nosso caderno continha ainda a diminuição do leque salarial, admissão de pessoal, fim das horas extras, comparticipação da empresa no subsídio de doença, obrigando-se aquela a manter a diferença entre a participação da caixa até satisfazer a importância de 80 %.»**

«... Ocupámos isto para melhor servirmos o público»

«Cinco mecânicos para 200 e tal autocarros»

Sobre o mesmo assunto mais nos disse Julião Cruz, delegado sindical e membro da comissão de trabalhadores: **«Apresentámos à gerência o caderno reivindicativo e demos-lhe um prazo de um mês para a negociação. É evidente que este mês passou e o patronato nada disse. Demos-lhe então novo prazo de 10 dias. Estes dias transformaram-se num mês, findo o qual finalmente se começaram as negociações».**

«Nestas negociações conseguimos algumas regalias monetárias, mas em relação às regalias sociais muito pouco obtivemos, se exceptuarmos a comparticipação da empresa no subsídio de doença ou acidente».

Durante estas negociações que decorreram na presença do subdelegado do Ministério do Trabalho de Almada, os trabalhadores chamaram a atenção para o problema do refeitório, que consta apenas de quatro paredes.

«A resposta da gerência — proseguiu Julião Cruz — **foi a de que tratássemos do assunto para posterior apresentação. Nós assim fizemos.**

«Consultámos as três empresas fornecedoras dos produtos para seu o funcionamento, fizemos o apanhado do pessoal que estaria interessado na utilização do refeitório, e apresentámos tudo isto à gerência. Neste momento esta manifestou-se pela negativa, afirmando que a empresa não suportaria tais encargos. Nós propusemos a negociação para chegarmos a um acordo. Eles não aceitaram, dizendo que, como aquilo estava para ser nacionalizado, não se queriam meter em despesas de qualquer espécie».

Houve então um plenário, onde os trabalhadores se manifestaram pela nacionalização da empresa.

Atendendo ainda que, a empresa no momento, se encontrava financeiramente estável, acharam que seria da máxima utilidade a intervenção do Estado.

Deu-se conhecimento do facto ao Ministério dos Transportes, pedindo-se ao mesmo tempo a aceleração do processo.

CONSCIENCIALIZAÇÃO

José Barata mais nos disse: **«Ora, após o 25 de Abril, e dada a possibilidade de expressão de pensamento, os trabalhadores puderam mais facilmente analisar a situação da empresa, obtendo ao mesmo tempo uma consciencialização. Verificámos então que a gestão da empresa, logo a seguir ao 25 de Abril tinha entrado em decadência.**

«Notava-se um desinteresse por parte da gerência nos sectores de tráfego, oficinas e estação de serviço. Ao observarmos também que a percentagem da frota inoperante se agravava dia a dia, tomando consciência dos compromissos da empresa perante o público, e de que a situação se iria agravar na época balnear, dada a falta de material circulante, nós, trabalhadores, resolvemos em plenário tomar uma atitude».

No plenário que se realizou no dia 30 de Abril do ano corrente, foi decidido por unanimidade e aclamação o saneamento da gerência e a suspensão de 4 empregados até apuramento de responsabilidades.

Sobre a forma como decorreu o plenário foi-nos dito por José Barata: **«Quando estávamos no plenário com a participação da maioria dos trabalhadores, foram focados certos e determinados pontos relativamente ao comportamento da gerência e às condições em que a empresa estava a servir o público. Surgiu então uma proposta na mesa. Após a sua leitura, foi imediatamente aprovada por aclamação e unanimidade. A mesa pretendeu entrar na discussão da referida proposta, o que não foi permitido pela assembleia. É evidente que nesta proposta se incluía o saneamento da gerência e a suspensão dos 4 empregados.»**

«Logo de seguida o pessoal expontaneamente formou piquetes, decidindo desde logo o não acesso da gerência e dos empregados suspensos às instalações. A comissão, por sua vez, tomou a seu cargo comunicar à gerência o decidido. A partir daqui, nunca mais voltaram à empresa».

Relativamente às muitas prepotências efectuadas pelo patronato, mais nos disseram: **«Nós, devido ao aproximar da época balnear, altura em que o público seria mais afectado pelo mau funcionamento da empresa, propusemos à gerência a compra de 15 autocarros de 73 lugares.**

«A contraproposta foi a de não compra dos ditos autocarros, mas sim a venda de 10 de 43 já usados e a compra de apenas 5. E mesmo esta compra só seria feita no caso de a banca vir a conceder mais facilidades e depois de verem como se processaria a nacionalização».

DIFICULDADES PRESENTES

Em relação às dificuldades com aqueles trabalhadores se estão a debater foi-nos dito por Julião Cruz: **«Presentemente estamos a debater-nos com dificuldades de ordem burocrática, relacionados com problemas de pagamentos, de recebimentos e outros. Por isso, pedimos a intervenção urgente e directa do Estado».**

Sobre o que pensam fazer futuramente Julião Cruz continuou: **«Pretendemos remodelar tudo isto. Tudo faremos para transformar uma empresa capitalista numa empresa de utilidade pública, que não continue a explorar os utentes. Gostaríamos, além do mais, que isto fosse o início da remodelação dos transportes a nível nacional».**

Por último, disseram-nos os nossos entrevistados: **«Fazemos notar que esta luta é uma luta de consciencialização de classe. Por isso apelamos para as 125000 pessoas que a empresa transporta diariamente, no sentido da sua melhor compreensão e apoio».**

«Nós ocupámos isto não por reivindicação salarial, mas sim para melhor servirmos o público», disseram-nos aqueles camaradas.

Esta frase sintetiza bem o objectivo da luta levada a cabo pelos camaradas da margem Sul: a socialização dos transportes, medida que urge tomar para se dar mais um passo no fim da exploração do homem pelo homem.

HOTELEIROS: PORQUÊ A GREVE?

Não valerá a pena descrever o que foi a greve dos profissionais da indústria hoteleira do distrito de Lisboa, uma vez que durante alguns dias o acontecimento dominou a atenção de todos os portugueses.

No entanto, há quatro ou cinco dias, tratava-se de um assunto escaldante. Por isso mesmo deslocámo-nos ao respectivo Sindicato e tentámos saber um pouco da história desta luta e das origens da paralisação.

Vejamos o que começou por nos afirmar Manuel Pinto, membro da direcção: **«Salvo erro em Maio de 74, foi demitida a antiga direcção que cá se encontrava há 30 anos. Foi então nomeada uma comissão directiva que se manteve até Agosto e, por fim, foi eleita a actual direcção através de uma assembleia geral. É claro que a princípio foi difícil trazer as pesoas ao Sindicato uma vez que, até ao 25 de Abril, sempre que cá vinham eram mal recebidas. No entanto, neste momento o interesse é maior, o Sindicato é frequentado por milhares de camaradas.»**

Por agora, a actual direcção tudo tem feito no sentido de reestruturar o novo Sindicato. Existem já cerca de 2000 delegados sindicais que, segundo o nosso interlocutor, bastante têm ajudado a resolver pequenos problemas, não olhando a qualquer tipo de dificuldades que se lhes apresentem.

«O primeiro grande problema surgiu com o ordenado mínimo nacional — prossegue Manuel Pinto — **isto é, dai em diante, os patrões negaram-se a fornecer as refeições aos trabalhadores. Marcámos então uma greve que só não se realizou graças à intervenção do Ministério do Trabalho, tendo tudo sido resolvido em nosso favor.»**

Entretanto, em Novembro, os trabalhadores da indústria hoteleira elaboraram o seu contrato colectivo de trabalho e deram início às negociações. Começava assim todo o processo que viria a originar a greve. Eis como Manuel Pinto nos contou o sucedido: **«Demos início às negociações e desde logo marcámos um prazo para o seu termo: 30 de Abril. Fixaram-se algumas cláusulas e o primeiro problema surgiu quando foi proposto pelo Grémio que todas as empresas que tivessem ao seu serviço menos de cinco trabalhadores não seriam abrangidas pelo contrato em negociação. Não aceitámos tal proposta e, a partir daí, fomos para o Ministério do Trabalho.»**

Daqui até os trabalhadores optarem pela greve, pouco faltava.

«Em dada altura das negociações — continua o nosso entrevistado — **propusémos a abolição da chamada taxa, uma vez que assim era o desejo da maioria da classe. É que a taxa só serve para fomentar o divisionismo entre os trabalhadores. Por vezes os trabalhadores esfalfam-se a produzir mais sem necessidade nenhuma. Pretendemos que se estabeleça um ordenado fixo. Com a taxa recebe-se um mês mais, no mês seguinte menos, enfim, depende do movimento de cada estabelecimento.»**

Os representantes gremiais tomaram, então, uma atitude um pouco estranha. Concordaram com a abolição da taxa, assinaram um documento comprovativo e, no mesmo dia, à tarde, surge um telefonema do Grémio para o Ministério do Trabalho, dizendo que não concordava com a posição tomada pela comissão que presidia às negociações. Seguiram-se uma série de reuniões, tentando-se, assim, chegar a um acordo, mas nada fez mover os trabalhadores da sua posição, pois estavam convictos da justeza da sua reivindicação.

Uma vez que a entidade patronal não cedeu resolveu-se em assembleia geral recorrer à paralisação.

Sobre o assunto Manuel Pinto declarou-nos: **«Muitos patrões mostram-se satisfeitos com a atitude tomada pela classe. Sabemos inclusivamente que há troca de correspondência entre patrões em que eles dizem para não se travar a greve. O próprio patronato está interessado uma vez que tudo isto está enquadrado numa investida generalizada da reacção. No entanto os motivos da nossa greve são inteiramente justos.»**

Tinha razão este camarada da indústria hoteleira. A prová-lo está a resolução de todo este processo em favor dos trabalhadores.

VIDA SINDICAL

OPERÁRIOS MARCENEIROS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DOS DISTRITOS DO PORTO E AVEIRO.

Do Sindicato Livre dos Operários Marceneiros e Ofícios Correlativos dos Distritos do Porto e Aveiro recebemos o seguinte comunicado acerca da dissolução da Secção de Gaia do referido Sindicato:

«Em assembleia geral da Secção de Gaia deste Sindicato, realizada em 26 de Abril, foi deliberado por unanimidade a dissolução daquela Secção, em virtude de não corresponder aos interesses dos associados».

«Por isso, informam-se todos os trabalhadores até agora nela enquadrados de que passam a estar integrados como sócios do Sindicato, beneficiando das regalias previstas para estes e devendo dirigir-se ao Serviço de Contencioso que funciona na sede (VALBOM) para obter informações ou reclamar direitos».

«O Serviço de Contencioso funciona das 10 às 12 e 30 e das 15 às 18 e 30 horas, de segunda a sexta-feira, e das 10 às 13 horas aos sábados».

«As terças e sextas, das 21 e 30 às 24 e aos sábados das 10 às 13 horas, encontra-se um advogado ao serviço dos sindicalizados».

«O transporte do Porto para Valbom toma-se na rua Duque de Loulé, junto à Batalha, na empresa Gondomarense, com horários quase permanentes».

TRABALHADORES DAS EMPRESAS FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO

Os trabalhadores das Empresas Fabricantes de Material Eléctrico reiniciaram em 9 do corrente pelas 10 horas «as negociações para a revisão da tabela salarial do respectivo Contrato Colectivo de Trabalho e da defesa do Direito ao Trabalho, entre as Comissões de Negociação Sindical e do Patronato».

Por outro lado «nos plenários sindicais e de trabalhadores das empresas já efectuados, foram aprovadas medidas tendentes a, de imediato, dinamizar os trabalhos em apoio da Comissão Sindical». Estas medidas constam de «paralisações temporárias; manifestações de apoio à Comissão Sindical; eventuais medidas de saneamento, onde e sobre quem, por obstrução à dinâmica das negociações nas empresas e manifesta incompetência, nelas incorra».

No entanto, mais afirmam estes trabalhadores, referindo que «estas formas de pressão e luta, a aplicar em função da abertura da Comissão Gremial às perspectivas propostas pela Comissão Sindical poderão ser mantidas ou agravadas, até à obtenção das justas reivindicações dos trabalhadores.

Este comunicado é assinado pelo Sindicato dos Electricistas do Sul e do Norte; Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos do Sul e do Norte; Federação dos Sindicatos dos Profissionais de Escritório do Sul e do Norte e ainda pelo Sindicato dos Técnicos de Desenho.

SABOTAGEM ECONÓMICA

Do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Chacinaria do Distrito de Setúbal recebemos um comunicado que sob o título «Alerta Trabalhadores contra as Manobras do Capital», denuncia as manobras levadas a efeito pelo patronato. Dada a sua importância passamos a transcrevê-lo na íntegra:

«Depois de vencida a luta em que se empenharam os Tratadores de Gado do Distrito de Setúbal, para que fosse assinado o caderno reivindicativo a que tanto aspiravam, estes trabalhadores vêem-se agora de novo ameaçados pela miséria.

«O patronato, ou sejam os suínicultores, vendo-se impotentes perante o Acordo Colectivo de Trabalho, recorrem a uma outra arma: A Sabotagem Económica. Vendem todos os animais, lançando deste modo no desemprego centenas de trabalhadores e na miséria as suas famílias.»

Perguntamos nós: «Que direito têm esses homens de decidir acerca da vida dos outros e sobretudo de lhes negar o pão que lhes é devido?»

«Temos pois, nós os trabalhadores, de denunciar essas manobras reaccionárias que tanto vêm entravar a revolução em que todos se encontram empenhados».

FUNÇÃO PÚBLICA

Reunidas em assembleia regional, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, as delegações da organização pró-sindical dos trabalhadores da Função Pública decidiram que fosse elaborada, com a colaboração das delegações de Lisboa, Porto e Coimbra, uma proposta de princípios, a qual deverá ser apresentada e defendida junto do Governo e do Conselho Superior da Revolução.

Nesta proposta deve incluir-se a revisão salarial, previamente discutida e aprovada pelos trabalhadores da função pública.

Os princípios gerais da proposta em causa serão os seguintes: urgente saneamento de pessoas e estruturas; profunda reestruturação dos serviços; abolição do estatuto fascista da função pública; adopção de medidas no campo social; instituição dum sistema de diuturnidades; elaboração das tabelas salariais, tendo em conta a desigualdade de vencimentos entre o sector público e o privado, o aumento do custo de vida e o encurtamento de categorias; retroactividade da tabela salarial, a partir de 1 de Janeiro deste ano; inclusão de todos os trabalhadores nos mapas de vencimentos; abolição de todas as situações de injustiça herdadas do regime fascista.

ASSEMBLEIA DO POVO DA PÓVOA DE VARZIM:

UM PASSO EM FRENTE RUMO AO FUTURO

«Acabamos de realizar a nossa primeira assembleia concelhia. É possível resolver os grandes problemas do concelho da Póvoa de Varzim por duas grandes razões: a força do movimento popular, das organizações dos trabalhadores do nosso país e dos partidos progressistas; o Movimento das Forças Armadas, que continua firmemente decidido a cumprir o seu programa e levar até ao fim a revolução iniciada no 25 de Abril.» — Eis, em síntese, a proclamação da 1.ª Assembleia do Povo da Póvoa, que constituiu um importante passo organizativo dos trabalhadores do concelho. Das conclusões dos trabalhos iremos dando referência pormenorizada no «Alavanca», começando por um dos problemas mais relevantes da Póvoa: a situação dos pescadores.

A importância económica e social dos problemaas da pesca da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, obrigou naturajmente à criação de uma secção exclusivamente destinada a tratar destes problemas.

Falar das pescas em Portugal antes do 25 de Abril era assunto poibido, porque logo o Tenreiro e seus lacaios sabiam pôr em acção a P.I.D.E., Polícia Marítima e os capitães dos Portos. Mas será que o 25 de Abril e a prisão do Tenreiro vieram resolver definitivamente os problemas da pesca, principalmente as condições económicas e de trabalho dos pescadores? Não, porque os mestres e armadores pretenderam manter a mesma exploração. Porém, o 25 de Abril criou condições para os trabalhadores defenderem os seus interesses, e assim, no sector da pesca artesanal assistimos há algum tempo a uma luta sindical em prol de algumas regalias sociais e aumentos salariais. Os pescadores aperceberam-se que só lutando unidos venceriam. Para isso, constituíram uma comissão pró-sindicato que apoiada pela União dos Sindicatos do Porto/Intersindical alcançou sensíveis melhorias. No entanto continuam por resolver problemas de grande importância e que foram discutidos na reunião desta secção.

Da discussão destes problemas tiraram-se as seguintes conclusões:

O CUMPRIMENTO DA PORTARIA

Verifica-se que a portaria não está a ser cumprida por alguns mestres no respeitante aos seguintes pontos:

a) Pagamento das horas de fazer aparelho;

b) Pagamento a cada pescador de 1,5 kg de peixe por cada maré de mar.

Foi aprovado que só a organização sindical e a consciência de classe dos pescadores poderá fazer face a estes problemas. A Secretaria de Estado das Pescas deve prestar todo o apoio na concretização das medidas apontadas pelas organizações sindicais.

Dado que a Portaria prevê a sua revisão 6 meses após a entrada em vigor, foram denunciadas pelos pescadores as seguintes atitudes dos mestres visando demonstrar aos pescadores e à Secretaria de Estado das Pescas que ela seria prejudicial aos trabalhadores e à economia do País conduzindo à sua revogação:

— Vendas de barcos para outros portos com o consequente desemprego dos pescadores que neles trabalham (até este momento foram vendidos 3 barcos);

— Recusa de saída para o mar por parte dos mestres, mesmo com bom tempo para a pesca (verifica-se neste caso uma redução de 8 a 10 marés de mar por mês);

Em face destas atitudes dos mestres foram aprovadas as seguintes medidas:

1. Exigir às autoridades, capitão do Porto, *Inquérito* para averiguar a razão da venda dos barcos, evitando a todo o custo que o número de pescadores desempregados aumente;

2. Nos casos de recusa dos mestres em partirem para o mar, os pescadores devem concentrar-se na praia, exigir a presença do capitão do Porto fazendo chegar a denúncia à Secretaria de Estado das Pescas que deverá agir energicamente contra tais mestres.

LOTA

Dado o mau funcionamento da lota e as constantes fugas de peixe, com maior ou menos comprometimento dos funcionários da lota e fiscais da Câmara;

Dado que as fugas de peixe à lota e consequente fuga aos descontos legais vai prejudicar os pescadores na reforma e subsídios na doença, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Que a Câmara revela imediatamente a actuação dos fiscais da lota, dando ordens rígidas de proibição de venda de peixe sem talão de passagem pela lota;

2. Que a Guarda Fiscal denuncie todas as saídas de peixe durante a noite;

3. Que todo o peixe seja obrigatoriamente vendido na lota, acabando deste modo com o peixe classificado de diverso;

4. A lota deve assegurar o dinheiro necessário para os pagamentos, medida que vai pôr fim à existência das «assentadeiras»;

5. Formar uma Comissão de Controlo da Lota em íntima ligação com a S. E. P.

ESCOLAS DE PESCA

Dada a necessidade de existir uma Escola de Pesca na Póvoa, ou a obtenção de subsídios para os pescadores que se deslocam a outras localidades, chegou-se à seguinte conclusão:

1. Que os pescadores, através da sua organização sindical entrem imediatamente em contacto com a Comissão das Escolas de Pesca, para resolução deste problema.

ANALFABETISMO

Dada a existência de grande número de pescadores analfabetos ou sem a 4.ª classe, o que os impede de obter a cédula marítima, impõe-se tomar as seguintes medidas:

1. Estabelecer contactos imediatos com o Serviço Cívico para a criação de cursos de Alfabetização gratuitos, de acordo com o tempo disponível dos pescadores dadas as suas condições de trabalho;

2. Dar ampla divulgação dos cursos que venham a criar-se, abrindo inscrições nas Casas de Pescadores da Póvoa e Vila do Conde.

SALVA-VIDAS

Dado que o salva-vidas tem servido quase exclusivamente aos filhos dos ricos (que nada têm a ver com a pesca), concluiu-se que:

1. A Capitania proceda a um rápido inquérito com a finalidade de averiguar quais os critérios adoptados na constituição das tripulações.

PESCADORES DO BACALHAU

Foram neste ponto denunciadas as péssimas condições de trabalho, higiene e alimentação existentes nos barcos da pesca do bacalhau; bem como o elevado número de viagens como o cumprimento do serviço militar.

Dado que a maioria desses barcos pertencem a empresas recentemente nacionalizadas, foi pedido aos representantes da Secretaria de Estado das Pescas, presentes na reunião, a tomada de medidas imediatas para melhoramento das condições de trabalho dos pescadores do bacalhau.

CAPITANIA

Sobre este ponto concluiu-se:

1. Que a Capitania proceda à aquisição de equipamento de modo a poder corresponder às necessidades dos pescadores, apontando-se como medida imediata a aquisição de um posto de rádio;

2. *Que a Capitania se coloque ao lado dos pescadores, pois como diz o Programa do M. F. A. «o 25 de Abril fez-se para as classes mais destavorecidas», para as classes trabalhadoras.*

CAMARADAS PESCADORES!

Nós temos muitos mais problemas para discutir e resolver! Porém, se não lutarmos unidos à volta da nossa organização sindical, o dinheiro e as regalias não nos caem do céu. Estamos preparados e dispostos a trabalhar cada vez mais para bem da economia do nosso país. Mas queremos, exigimos ser tratados como os outros trabalhadores. Tudo isto só será alcançado com uma forte organização da nossa classe, da criação do nosso sindicato.

COOPERATIVAS DE PESCA

Há que fomentar a formação de associações entre pescadores, principalmente no sector artesanal, no sentido de se criar cooperativas geridas pelos trabalhadores do mar. Contamos desde já com o apoio da Secretaria de Estado das Pescas.

OS «QUADROS» TAMBÉM SÃO

Mesa-Redonda com Representa
da Ordem dos Engenheiros e

Num encontro realizado no Sindicato dos Engenheiros, em que estiveram presentes membros do Conselho Regional de Lisboa e ainda um representante do Sindicatos dos Engenheiros Técnicos foram largamente abordados, em mesa-redonda para o nosso jornal, alguns dos problemas mais candentes que neste momento se põem aos «quadros», as suas incidências na economia nacional e as consequências políticas de certos erros que vêm praticando-se. A questão é de central importância para o desenvolvimento económico e para o avanço do processo revolucionário e por isso chamamos para ela a atenção de todos os trabalhadores. Com a realização desta mesa-redonda, a que outras se seguirão sobre o mesmo assunto, contemplando os casos de outras classes profissionais, o jornal ALAVANCA, órgão da Intersindical, pretende contribuir para uma correcta perspectivação dos problemas, em ordem a fortalecer a unidade de todos os trabalhadores e a combater divisões que só servem ao capital e à reacção.

Eng.º Amílcar Ambrósio — No que respeita à situação actual dos «quadros», há dois problemas fundamentais que deveriam ser discutidos em conjunto por todas as organizações sindicais das profissões abrangidas, designadamente, além dos engenheiros, os engenheiros técnicos, os economistas, os arquitectos, os advogados, etc. Esses dois problemas, que se põem com particular acuidade no ramo dos técnicos de engenharia são os seguintes: 1.º) a vaga de desemprego que está a atingir os «quadros» e que já neste momento é importante, prevendo-se o seu aumento substancial dentro de meses com a formatura de novos técnicos oriundos dos estabelecimentos de ensino do Porto, Lisboa e Coimbra; 2.º) a confrontação, ao nível dos locais de trabalho, entre a massa dos trabalhadores e os «quadros», os quais, em particular os superiores, têm vindo a ser confestados, umas vezes por razões de competência, outras vezes por motivo dos leques salariais muito elevados.

Ora, relativamente a essa confrontação, quero acentuar que ela resulta em grande parte duma intenção deliberada de criar divisões entre os trabalhadores e de arranjar «bodes expiatórios». É certo que nós, engenheiros, devido aos erros e aos compromissos passados de alguns dos nossos camaradas, temos um contencioso que não é brilhante. Em todo o caso parece-me que se tem generalizado a responsabilidade individual de alguns de nós à totalidade da classe, o que além de injusto constitui um erro grave e perigoso. Lembro, a propósito, uma frase do Primeiro-Ministro: «Só porque um tipo é chato não resulta imediatamente que deva ser posto fora». Isto quer dizer que o saneamento dos quadros deverá seguir as mesmas regras que se aplicam a qualquer trabalhador. Não se pode partir do princípio de que um «quadro», só porque é «quadro» e ocupa um lugar de responsabilidade na direcção técnica ou administrativa da empresa, «está feito com os capitalistas» e deve ser saneado.

A Ordem dos Engenheiros, aliás Sindicato dos Engenheiros, através do Conselho Regional, já afirmou e reiterou por diversas vezes os seguintes princípios:

Primeiro: os engenheiros estão com todos os trabalhadores e pela unidade de todos os trabalhadores.

Segundo: temos pugnado sempre pelo saneamento em todos os níveis e locais, desde que ressalvada a justiça dos casos individualmente considerados.

Terceiro: somos pelo sindicalismo vertical e contra o sindicalismo de «quadros».

Claro que uma coisa é o que nós defendemos interpretando a vontade da maioria da classe, que nos elegeu, outra coisa a atitude quotidiana de alguns dos nossos camaradas. É preciso compreender, porém, que esta atitude também é consequência, em grande parte dos casos, da herança duma mentalidade que vem detrás, formada no seio da sociedade profundamente reaccionária da qual estamos a tentar libertar-nos. Creio que os trabalhadores em geral não devem confundir o saneamento com o combate a certos vícios de mentalidade nas relações de trabalho. Neste aspecto, a Intersindical, da qual somos membros desde 1969, tem um papel importantíssimo a desempenhar: esclarecer as massas trabalhadoras sobre o papel dos «quadros», neste caso dos engenheiros, no contexto da economia nacional e da batalha da produção.

Não se trata de defender privilégios — que não queremos — mas princípios de real e colectiva importância.

ATRAIR OS «QUADROS» A UM TRABALHO UNITÁRIO

Eng.º CONSIGLIERI PEDROSO — A nossa maior preocupação é que a situação actual, a manter-se ou a agravar-se, venha a desmobilizar os «quadros» das suas tarefas, venha a afastá-los do processo em curso e a dividir o movimento unitário dos trabalhadores. A economia está numa fase crítica, num plano inclinado perigoso, exigindo um tratamento unitário por parte dos trabalhadores deste país. A criação de um antagonismo artificial entre os «quadros» e os restantes trabalhadores é um problema que diz respeito à própria economia nacional, que todos estamos interessados em restaurar.

É verdade, como referiu o meu colega, que os engenheiros arrastam atrás de si um passivo pesado, na medida em que foram uma classe privilegiada, ao serviço dum sistema de exploração capitalista da grande massa dos trabalhadores. O próprio jogo das contradições desse sistema, que estamos a desmantelar para construir a nova sociedade socialista, inseria certas categorias de trabalhadores, designadamente os engenheiros, numa posição de exagerado privilégio — posição essa imposta objectivamente pelas contradições do sistema capitalista e não desejada ou assumida voluntariamente pelos «quadros». Se, para além desse dado objectivo, havia e há engenheiros realmente identificados e comprometidos com a reacção e o fascismo, também não devemos esquecer que existem muitos, mesmo muitos, que estiveram na primeira linha da resistência antifascista ou que, no decurso das lutas desenvolvidas desde o 25 de Abril, tomaram abertamente o partido dos trabalhadores, integrando-se no trabalho unitário e sendo eleitos para as Comissões de Trabalhadores. Não se podem medir todos pela mesma bitola. Entre uns e outros haverá os que não tomaram ainda uma atitude definida, mas que são bons profissionais; estes não podem ser rejeitados só porque ocupam uma posição de privilégio que, como disse, era imposta pela própria lógica do sistema capitalista; antes devem ser atraídos ao trabalho unitário, para fazer avançar o processo revolucionário e ganhar a batalha da produção. Se os «quadros» eram importantes numa sociedade capitalista muito mais o serão, em unidade com todos os trabalhadores, na nova sociedade socialista que havemos de construir.

Causa-nos uma grande preocupação que haja empresas e ramos de actividade onde não se tem esta perspectiva e onde, portanto, há engenheiros e outros quadros que estão a ser injustamente pressionados.

CONTRA O «CHAUVINISMO» NO SANEAMENTO

Eng.º NUNO PEREIRA DA SILVA — Não é concebível pensar no desenvolvimento sem «quadros». O facto de haver agora engenheiros desempregados não quer dizer que os haja a mais. Pelo contrário, como é sabido, nós temos falta de «quadros» técnicos para as necessidades da nossa economia. Ora, tem-se verificado ultimamente uma saída de técnicos para o estrangeiro, em consequência de acções de sa-

SÃO TRABALHADORES

presentantes do Conselho Regional de Lisboa
iros e do Sindicato dos Engenheiros Técnicos

definida,
issionais:
rejeitados
posição
lisse, era
ógica do
s devem
unitário,

cesso re-
a batalha
«quadros»
sociedade
serão, em
abalhado-
socialista
ir.
de prec-
sas e ra-
não se
onde, por-
e outros
r injusta-

MO»

DA SIL-
el pensar
m «qua-
er agora
dos não
a mais.
é sabido,
«quadros»
dades da
em-se ve-
saída de
geiro, em
s, de sa-

neamento selvagem ou injustificado, estando a ser acolhidos noutros países.

Tanto os técnicos desempregados como os que abandonaram o País são poucos para levar a cabo as tarefas do desenvolvimento económico. O saneamento nas empresas é necessário e urgente mas não pode ser feito às cegas nem com espírito «chauvinista» contra os «quadros». Claro que nem tudo é negativo, neste aspecto: temos tido contactos com Comissões de Trabalhadores que procedem ao saneamento com eficácia mas ao mesmo tempo com o maior cuidado e sentido de justiça. O que acontece muitas vezes é que os plenários das empresas vêm a decidir depois contra a vontade das Comissões de Trabalhadores, levando ao saneamento de «quadros» debaixo de um clima emocional motivado pela deterioração das relações pessoais que já vinha do antigo regime.

É a isso que eu chamo «chauvinismo» no saneamento dos engenheiros e outros «quadros».

En.º CONSIGLIERI PEDROSO — É preciso acentuar que não somos contra o saneamento. Ele é necessário, a todos os níveis. Há que distinguir, porém, entre situações de justo saneamento e situações de saneamento selvagem. Os trabalhadores mais conscientes dentro de cada empresa não devem permitir o «basismo» incontrolável que conduz ao afastamento injustificado de «quadros». Pela nossa parte, combatemos duas posições extremas: o autoritarismo e o paternalismo dos engenheiros, por um lado; o «basismo» no saneamento, por outro lado.

A VERDADEIRA CONTRADIÇÃO É ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

Eng.º ARMANDO BARRIAS — Ou se vê o problema do ponto de vista duma sociologia dita burguesa ou do ponto de vista socialista, marxista. As conclusões são diferentes. De um ponto de vista marxista, as questões a colocar são as seguintes: qual é a contradição fundamental? Quem detém os meios de produção? A contradição fundamental é entre o trabalho e o capital. Quem detém os meios de produção são os capitalistas (não os «quadros»). Aqui intervém a acção dos partidos burgueses. Os partidos burgueses acenam aos trabalhadores com o automóvel, com os fins de semana, com uma casa própria, em suma, com a posse de bens de consumo. Com isso pretendem obscurecer a contradição fundamental. Ora, enquanto os meios de produção não forem colectivizados, isto é, não estiverem nas mãos dos trabalhadores e ao serviço do povo, continuará a haver exploradores e explorados. Para angariar votos à direita e à esquerda, os partidos burgueses, mesmo os que se dizem «socialistas», procuram esconder estas contradições, apresentando-se como «partidos nacionais», isto é, de «todas as classes»!

Numa perspectiva marxista, os «quadros» são explorados pelo capital tanto como os outros trabalhadores, ainda que tenham acesso a bens de consumo que a grande massa dos trabalhadores não pode adquirir devido aos seus salários de miséria. A existência de «quadros» desempregados, por exemplo, faz parte do exército de reserva de trabalhadores desempregados fabricados por todas as sociedades capitalistas. Quando, por volta de 1952, a CUF fomentou a formação de engenheiros químicos, pondo a correr que havia muitas vagas, mais não pretendia do que criar um «exército de reserva» no futuro, uma vaga de desemprego no ramo, o qual pelas leis da oferta e da procura, lhe permitisse pagar salários mais baixos. Nos Estados burgueses não interessa efectuar a planificação de profissões, por forma a satisfazer as necessidades nacionais; o que interessa é satisfazer as necessidades dos capitalistas e proporcionar-lhes lucros cada vez mais elevados (ainda quando, ilusoriamente, os salários são aumentados). Para melhor controlarem o mercado do trabalho e evitarem a concorrência, os patrões chegam a criar artificialmente métodos de produção específicos, em que os seus «quadros» se especializam, a fim de dificultar a possibilidade de virem a inserir-se noutras firmas.

Mas, voltando ao nosso problema: há «quadros» que detêm «meios de produção» e «quadros» que não detêm «meios de produção». Os primeiros pertencem à classe capitalista, ao patronato; os segundos, por muito privilegiada que seja a sua situação económica, pertencem à classe trabalhadora, à classe dos explorados. Quanto a estes só há que distinguir o seguinte: ou defendem a ideologia do patrão, isto é, a ideologia dos bens de consumo, do «envelope fechado» no fim do ano, etc., e sentem que o Estado burguês é que lhes vai permitir, e se possível aumentar, privilégios já adquiridos, ou defendem uma ideologia progressista, e então aliam-se aos restantes trabalhadores contra o patronato, com vista a construir uma sociedade sem exploradores nem explorados. Tal é a análise marxista.

A análise burguesa parte do princípio de que entre o capital e o trabalho surge uma terceira força, uma espécie de tampão que impede a confrontação entre o capital e o trabalho: os «quadros». A existência de sindicatos horizontais, a deontologia, o título académico, tudo isso são argumentos criados pela sociedade burguesa com vista a dividir os quadros dos restantes trabalhadores e obscurecer a contradição fundamental.

Ora, nós defendemos a perspectiva marxista e dizemos aos nossos colegas e a todos os trabalhadores: trabalhai em conjunto e em unidade para, no regime socialista a construir resolvermos a contradição entre o capital e o trabalho e assim criarmos as condições políticas, técnicas e materiais que, mais tarde, hão-de levar à resolução harmoniosa da contradição entre o trabalho manual e intelectual, numa sociedade sem classes.

A SITUAÇÃO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Eng.ª técnica MARIA CLARA COSTA — A situação dos técnicos de engenharia quanto a desemprego e saneamento também é grave. Pelos lugares que ocupam, os «quadros» têm acesso a muitos dados, sobre o controlo da produção, as finanças da empresa, etc. Se os trabalhadores não ganham os «quadros» para o seu lado, estes começam a aderir ao patronato, com grande prejuízo para o avanço do processo revolucionário e para a reconstrução da economia nacional. Lembro que mais de 90 por cento dos técnicos de engenharia são trabalhadores por conta de outrem.

Em muitos casos o saneamento tem sido feito sem haver sequer recurso ao Sindicato, o que nós consideramos errado. Noutros casos, o Sindicato é consultado, mas quando já há decisões das Comissões de Trabalhadores ou Plenários de trabalhadores. E muitas vezes esses saneamentos oferecem-nos sérias dúvidas, mas já nada podemos fazer em face de decisões definitivas que os trabalhadores das empresas visadas não admitem rever. Acrescente-se que um «quadro» saneado fica praticamente impossibilitado de arranjar novo emprego. Por isso, o saneamento, para se justificar, tem de ser justo e reflectido.

O Sindicato dos Engenheiros Técnicos defende os seguintes princípios: 1.º) não queremos continuar com elitismos de classe, entendemos que as funções exercidas (não os graus académicos) é que devem determinar o lugar e a responsabilidade dos trabalhadores na empresa; 2.º) somos pelo sindicalismo vertical, que constitui um importante passo em frente para resolver estes problemas.

A SOLUÇÃO ESTÁ NO SINDICALISMO VERTICAL

Eng.º JORGE VIDEIRA — Também o nosso Sindicato defende o sindicalismo vertical, que vai obrigar a uma série de contratos colectivos de trabalho, tendo em vista já a via socialista. Quando toda a classe estiver abrangida por contratos colectivos verticais, o nosso sindicato dissolve-se nos vários sindicatos verticais e dará lugar a uma associação profissional com fins diversos. Parece-me importante acentuar, a propósito, que, nos contratos colectivos verticais a celebrar, a hierarquia das funções deve obedecer a critérios de competência e não a critérios de antiguidade ou quaisquer outros.

Devemos institucionalizar a hierarquia da competência.

Eng.º ARMANDO BARRIAS — Os «quadros» mais antigos baseiam-se na antiguidade como factor promocional, mas a verdade é que, não havendo reciclagem, o facto de ser mais antigo é em muitos casos sinónimo de ultrapassado. Importa, por um lado, reformar o ensino das nossas Universidades e Institutos Técnicos, com vista a fornecerem uma preparação profissional mais profunda e actualizada, e por outro lado promover programas periódicos de reciclagem.

CRIAR NOVOS POSTOS DE TRABALHO PARA COMBATER O DESEMPREGO

Eng.º SENOS VIZINHO — Estou ligado à Comissão de Desemprego que se formou no Sindicato dos Engenheiros e queria referir-me mais detidamente à situação dos engenheiros desempregados. O problema do desemprego de «quadros» deriva, sobretudo, da falta de planificação dos cursos universitários em função das necessidades nacionais, ainda que os condicionalismos actuais, próprios duma transição revolucionária, possam ter agravado momentaneamente a situação. O desemprego já se fazia sentir na classe dos engenheiros desde muito antes do 25 de Abril, nas especialidades de engenharia química, electricidade e máquinas, tendo

OS «QUADROS» TAMBÉM SÃO TRABALHADORES

(Cont. da página central)

surgido também depois do 25 de Abril, na engenharia civil, por conjunção de vários factores.

Para obstar a esta situação, temos desenvolvido diversas diligências junto do Governo, propondo medidas para a criação de novos postos de trabalho. Uma das vias seria avançar com uma descentralização de âmbito regional: constituir-se-iam equipas mistas de técnicos desempregados que fariam a cobertura do País levantando as questões fundamentais que se põem a nível regional, e resolvendo porventura de imediato alguns dos problemas mais candentes (que continuam pendentes porque falta, por exemplo, uma simples assinatura de alguém responsável). Depois de feito o levantamento e o apanhado das questões, formar-se-iam núcleos de desenvolvimento regional a partir dessas equipas.

Outra via a considerar consistiria em os desempregados se integrarem em empresas nacionalizadas, trabalhando em pleno, para não perderem os conhecimentos universitários ou a experiência adquirida e se manterem aptos ao exercício da profissão. Com isto pretende-se quebrar o ciclo vicioso que se traduz em não se adquirir experiência porque não se arranja emprego. Não se trata de defender quaquer espécie de elitismo: os universitários custam um certo dinheiro ao Estado e, se estão desempregados, esse investimento deteriora-se; esses «quadros» podem abandonar o País; por outro lado, «quadros» com experiência há poucos. É um problema político e económico de grande importância.

Aliás, importa acentuar que a cada posto de trabalho criado para um engenheiro corresponde a criação de centenas de outros postos de trabalho para as mais variadas profissões.

A Comissão de Desemprego mantém no Sindicato, em funcionamento permanente, um entreposto de trabalho, para centralizar todas as ofertas e propostas de emprego. Trata-se de evitar que os nossos camaradas desempregados andem de empresa em empresa à procura de emprego. A empresa empregadora, ao dirigir-se a este entreposto, preenche um questionário onde indica a especialidade, a experiência exigida, as condições e o prazo de admissão. Em função desses requisitos, fazemos uma pré-selecção dos desempregados que têm depois conversações directas com a empresa. Pensamos que este entreposto deve ser oficializado e passar a funcionar sob a directa responsabilidade do Conselho Regional.

Entretanto, vamos realizar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, uma reunião com pessoas ligadas ao sector público, tendo em vista lançar empreendimentos já programados que não avançam, apenas porque certos circuitos de decisão se encontram «entupidos». Com isto estamos a lutar pela criação de novos postos de trabalho para todos os ramos profissionais, e não apenas para os engenheiros.

TÉCNICOS DESEMPREGADOS PODEM APOIAR AS P.M.E.

Eng.º NUNO PEREIRA DA SILVA — É preciso promover a criação de novos postos de trabalho não só nas empresas e nos serviços públicos, mas também nos próprios empreiteiros: há que ultrapassar os estrangulamentos que impedem o lançamento de Obras Públicas.

Eng.º CONSIGLIERI PEDROSO — O problema dos engenheiros desempregados não pode dissociar-se do de todos os outros trabalhadores desempregados. Não queremos correr o risco de exigir um tratamento privilegiado. Queremos a criação massiva de postos de trabalho que absorvam todas as classes profissionais. Se damos tratamento diferente a certos aspectos é porque temos em vista o investimento que o Estado faz na formação de técnicos e para evitar a perda de «quadros», tão necessários à nossa economia.

Eng.º JORGE VIDEIRA — Há técnicos desempregados, mas há carência de técnicos. As pequenas e médias empresas não têm ninguém. O Instituto de Apoio às P. M. E., em vez de se limitar a avalizar créditos bancários que muitas vezes têm por único efeito adiar falências, deveriam dar apoio técnico em pessoal e organização a essas unidades produtivas.

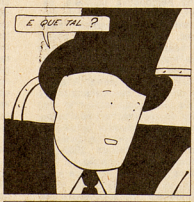
Os técnicos desempregados poderiam ser aproveitados para esse efeito. Nessas empresas há falta de tecnologia mas também há muita falta de organização e métodos.

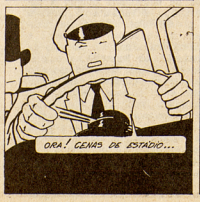
SALVAGUARDAR A UNIDADE DOS TRABALHADORES

Eng.º CONSIGLIERI PEDROSO — O processo para o socialismo envolve certas dificuldades e certas confrontações. O essencial é que as contradições existentes não prejudiquem a unidade essencial dos trabalhadores, sem a qual nada poderá ser feito, e correremos o risco de um regresso ao passado. É preciso evitar o isolamento da classe operária, separando-a de outras classes profissionais e dos quadros. A classe operária é, sem dúvida, a vanguarda do movimento popular de massas, mas para levar por diante o processo revolucionário é preciso que ela reuna à sua volta — que ela atraia à sua luta contra o inimigo comum — todas as classes trabalhadoras, incluindo os «quadros».

CONTROLO DA PRODUÇÃO

Eng.º ARMANDO BARRIAS — Eu queria fazer ainda uma observação. Trata-se da questão da participação. Os «quadros» e os trabalhadores em geral não devem aceitar nas empresas um tipo de «participação» que tenda a transformá-los em pequenos patrões. Essa é a estratégia de certos partidos burgueses já suficientemente desmascarados, ainda que cheguem a intitular-se partidos dos trabalhadores só porque obtiveram muitos votos. É a terceira via, dita neo-capitalista, da autogestão e da cogestão. Se queremos caminhar para o socialismo, neste período transitório só podemos aceitar uma forma de «participação»: a que consiste na fiscalização e controlo, pelos trabalhadores, da produção e da gestão técnica e financeira da empresa, em termos de garantir que ela está a produzir em pleno os bens necessários de que todos precisamos.





A EVOLUÇÃO ECONÓMICA E O SINDICALISMO DE «QUADROS»

(extraído do Boletim Informativo da Secção Norte do Sindicato dos Engenheiros Técnicos)

Vejamos o balanço histórico das formas organizativas pelas quais passaram os «quadros» em geral e os engenheiros em particular, nas sociedades integradas na Europa Ocidental ao longo do tempo.

3.31 — Numa primeira fase de evolução económica, caracterizada por empresas pequenas, com poucas estruturas técnicas e grande utilização de mão-de-obra, verifica-se que os técnicos são pouco numerosos e raramente conseguem escapar a uma quase identificação com a entidade patronal. Mesmo quando em desacordo com ela, ligações especiais existem (quando não de outro tipo, de amizade mais ou menos íntima) que impedem os engenheiros de unirem os seus esforços aos da grande maioria das classes trabalhadoras.

Nestas condições, o engenheiro não tem qualquer necessidade de se associar ou sindicalizar, dado que os seus interesses e privilégios raramente são postos em causa.

3.32 — Numa 2.ª fase, em que a empresa se torna maior, com uma estrutura jurídica que começa a apontar para as «S. A. R. L.», a utilização de equipamentos começa a substituir progressiva e proporcionalmente a mão-de-obra, sobretudo a indiferenciada, e o número de técnicos aumenta, aumentando progressivamente a tendência para a sua proletarização. A contratação colectiva, quando existe, é de uma forma geral sempre desligada das restantes classes trabalhadoras. Nesta fase, os técnicos começam a ver ameaçados alguns dos seus muitos privilégios e sentem a necessidade de se associarem e sindicalizarem na base horizontal.

3.33 — Numa 3.ª fase, o desenvolvimento tecnológico e a concentração capitalista conduziu a empresas de grande dimensão caracterizadas por:

— existência de grande número de técnicos;
— existência de equipamentos técnicos sofisticados;
— tendência para a diminuição do «leque» salarial e aproximação dos técnicos às restantes classes trabalhadoras;
— tendência para um agravamento relativo da situação profissional e social dos técnicos;
— tendência para a concentração do capital na mão dos grupos monopolistas e consequente diminuição do poder de decisão, sobre as questões financeiras, e mesmo técnicas, da grande maioria dos técnicos.

Nesta última fase de desenvolvimento económico, os quadros sentem a necessidade de se sindicalizarem em sindicatos verticais, juntamente com as restantes camadas trabalhadoras, sindicatos esses fortes e com grande poder reivindicativo.

3.34 — Como é evidente, a evolução e o desenvolvimento económico não se processam estaticamente, mas sim de uma forma viva e permanente. Assim, as três fases atrás descritas de uma forma de algum modo esquemática, representam a evolução dos reflexos ao nível sindical do desenvolvimento económico. Representam pois uma linha de evolução. O que quer dizer que em determinadas fases históricas, as três fases podem coexistir e o que caracterizará determinado período será a predominância de algumas delas.

3.35 — No presente contexto, parece-nos claro que atravessamos uma situação de transição entre a 2.ª e a 3.ª fase. Vejamos o que caracteriza o presente momento:

— Cada vez menos os técnicos se identificam com as entidades patronais. Os técnicos vendem a sua «capacidade profissional» no mercado do trabalho. Exemplo flagrante disso é a existência de grande número de desempregados.
— O número de técnicos em cada empresa é já razoável. Quanto maior é o seu número mais eles custam às entidades patronais e isso não representa outra coisa se não reduzir os seus lucros.
— Os técnicos começam já em muitos casos a contestar as decisões do patronato e dos monopólios para com os restantes trabalhadores, situação que tem levado o patronato a exercer uma forte repressão sobre os técnicos, os quais conquistam a simpatia e a solidariedade das restantes camadas trabalhadoras.
— Os engenheiros técnicos normalmente têm um poder de decisão de certo modo limitado, muito embora sejam os reais motores da vida das empresas.
— Tornou-se já totalmente impossível esboçar-se qualquer tentativa de contratação isolada.

As contratações hoje já só podem ser efectuadas juntamente com as restantes classes trabalhadoras. Isto deve-se a duas razões principais:

— pequena força dos sindicatos do tipo do nosso.
— reacção dos restantes trabalhadores a contratações isoladas.

3.4 — Nestas condições parece-nos ser possível agora responder à pergunta que pusemos no início deste ponto. Têm ou não os engenheiros técnicos interesse em integrarem-se nos sindicatos verticais?

Parece-nos que só há uma resposta possível: não só têm interesse, como serão largamente prejudicados se o não fizerem.

De facto, temos que compreender que independentemente de quaisquer remunerações fixadas em contratações, continuará em princípio a funcionar a lei da oferta e da procura no mercado do trabalho, o que significa as seguintes hipóteses alternativas:

— ou há carência de técnicos, e a entidade patronal será obrigada a pagar remunerações mais elevadas, função de escassez da oferta (e na prática a remuneração contratual não funciona);
— ou há excesso de técnicos, e a única maneira de existir a «pauperização» é a fixação de remunerações contratuais.

Na presente fase, e de acordo com as últimas estatísticas que obtivemos, o desemprego na nossa categoria profissional (na Secção Norte) atinge cerca de 200 colegas, o que representa 10 % da população sindicalizada. Estamos portanto perante uma situação em que só a contratação poderá evitar remunerações baixas para uma grande quantidade de colegas: os agora desempregados.

Independentemente da actual situação, que tudo leva a crer é transitória, haverá em qualquer dos casos que salvaguardar os interesses dos recém-diplomados, quantas vezes sujeitos, conforme sabemos, a remunerações em absoluto desajustadas das funções que preenchem.

No que toca a regalias sociais — férias, 13.º mês, gratificações, complementos de ordenado quando em baixa de Caixa de Previdência, indemnizações por despedimentos, subsídios, etc. — só a contratação vertical poderá também igualar os colegas a todos os restantes trabalhadores nas suas empresas.

Só o caminho de verticalização, que deverá passar pela realização de contratações verticais e pela integração de todas as categorias profissionais nas comissões sindicais de empresa, poderá assegurar a defesa dos nossos interesses enquanto trabalhadores que somos.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

(Aprovada por aclamação na maior Assembleia da Ordem, realizada no dia 2 de Maio de 1974)

1. **A actividade sindical dirige-se essencialmente para a defesa dos interesses dos trabalhadores perante as entidades patronais públicas e privadas.** Para tanto torna-se indispensável a organização dos trabalhadores como tal e não subordinada a partidarismos políticos. Isto não poderá impedir que os sindicatos tomem posições de carácter político, sempre que os interesses dos trabalhadores sejam postos em causa.

2. **É oportuna a publicação de uma lei das associações sindicais.** A falta dessa lei faz-se sentir a todo o momento nomeadamente num período de reorganização sindical.

3. **É indispensável a organização em sindicatos verticais, isto é, por ramos de actividade económica.** A dispersão dos trabalhadores por centenas de sindicatos profissionais, portanto organizados horizontalmente, dificulta a defesa dos seus interesses. A actual experiência na contratação colectiva tem demonstrado aos engenheiros as vantagens da união vertical. A conversão da orgânica horizontal em vertical, poderá conduzir progressivamente à extinção dos sindicatos profissionais. Não cabe, no entanto, ao Governo impor esse tipo de organização sindical, mas livremente aos trabalhadores escolhê-la.

4. **Devem ser instituídas as liberdades sindicais,** nomeadamente o direito de livre filiação, de organização democrática interna, de independência face a associações do patronato e do Estado e, ainda, de adesão a organizações internacionais de trabalhadores. A organização democrática interna permitirá que sejam atendidos e defendidos os interesses de todas as profissões, incluindo os engenheiros.

5. **Deve ser reconhecida a unidade real dos trabalhadores, impedindo-se a constituição de organizações sindicais paralelas a qualquer nível.** Sendo os sindicatos instrumentos dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses frente ao patronato, é do interesse dos trabalhadores estarem unidos, enquanto é do interesse do patronato que estejam divididos.

6. **A lei deve sancionar a vontade dos trabalhadores.** O conteúdo da lei deve ser no sentido de favorecer a função das associações sindicais e não de quaisquer outros organismos. Para tanto devem ser atendidas as recomendações exclusivamente das organizações dos trabalhadores para efeitos de elaboração do texto definitivo da lei.

7. **A Ordem dos Engenheiros reorganizar-se-á para se adaptar à nova legislação.** Assim, no período intermédio até à criação dos sindicatos verticais a Ordem dará origem a, por um lado, uma associação profissional e, por outro, a uma associação sindical.

A criação de sindicatos verticais provocará uma redução progressiva da actividade da parte sindical da Ordem, ficando, porém, a funcionar a associação profissional. Esta, além dos aspectos culturais, deontológicos e outros afins poderá congregar os engenheiros, se eles assim o entenderem, para analisar e equacionarem os seus problemas específicos de carácter sindical, embora a sua inserção no mundo do trabalho se faça efectivamente através dos sindicatos verticais.

Assim, no estudo e deliberação de qualquer assunto sindical quer vertical ou horizontal, dever-se-á estabelecer um mecanismo seguro e expedito que impeça a comparência e intervenção dos engenheiros — patrões ou empregadores.

NOTÍCIAS DA INTER

DELEGAÇÃO DE ELECTRICISTAS VISITA MOSCOVO

«A Intersindical Nacional defende a unidade de todos os trabalhadores portugueses e a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo, como forma de luta, contra a exploração do capitalismo e do imperialismo. O capital nacional e internacional procura, por todos os meios ao seu alcance, nas novas condições do nosso país, confundir os trabalhadores, lançando calúnias contra os seus mais legítimos e honestos representantes, os seus mais consequentes lutadores, numa tentativa que diremos desesperada, de nos dividir, numa tentativa de criar cisões no movimento sindical unitário português» — afirmou a delegação portuguesa à conferência europeia dos jovens dos sindicatos de energia, que se realizou em Moscovo de 14 a 21 do mês passado. A delegação, representante da Inter, era composta por Ribeiro da Silva (do Sindicato dos Electricistas do Sul) e Mário Pinto (do Sindicato dos Electricistas do Norte).

A libertação da juventude portuguesa — uma das grandes vítimas das guerras coloniais fascistas — foi salientada pelos nossos representantes, que destacaram o papel progressista e libertador do M. F. A.

Lembrando que o perigo reaccionário continua a espreitar a jovem democracia portuguesa, os nossos camaradas afirmaram confiar em que «como já aconteceu no 28 de Setembro e no 11 de Março, a unidade do povo com o M. F. A., há-de barrar e esmagar todas as tentativas reaccionárias de golpes contra-revolucionários».

Finalmente, os nossos camaradas chamaram a atenção para as novas tarefas que incumbem aos sindicatos portugueses, afirmando nomeadamente:

«Companheiros, o papel dos Sindicatos em Portugal tem uma grande importância na consolidação das conquistas já alcançadas, como o tem provado na sua capacidade mobilizadora de grandes massas de trabalhadores, de que as datas atrás referidas são um exemplo. Mas para além disto, põe-se na nossa frente enormes tarefas para as quais os Sindicatos serão chamados. A nossa organização Sindical procura estruturar-se. Terá de se organizar, de forma a responder às solicitações e às exigências de carácter político, económico e social que o nosso processo revolucionário impõe. Precisamos de aprender como se organizam as empresas; como se distribui o trabalho; como se controla a produção. Teremos de aprender rapidamente e pôr em prática, formas de organização que a nossa revolução exige. Por isso entendemos que a nossa presença aqui, como em todas as iniciativas Sindicais deste tipo, são, para nós, de grande utilidade. Os nossos contactos com as organizações dos trabalhadores de outros países, permitem-nos colher experiências e ensinamentos que levaremos à nossa terra a fim de nos servirem, de algum modo, na prática do nosso trabalho.»

CONGRESSO DAS INDÚSTRIAS QUIMICAS

Pela primteira vez esteve presente ao Congresso da Federação das Indústrias Químicas do C.G.T., um representante da Intersindical Nacional, Helder Martins. Este Congresso reuniu-se em Vichy, França, de 14 a 19 do mês de Abril.

Eis alguns excertos da Saudação ao Congresso proferida pelo camarada da Intersindical:

«...É com grande satisfação que, pela primeira, um delegado desta Intersindical tem a possibilidade de legalmente assistir aos trabalhos do vosso Congresso. Este facto tem para nós um grande significado, privados como fomos, durante meio século, de contactar e conviver legalmente com as organizações sindicais nossas amigas do mundo. Ela dá-nos também, uma ideia do que significou para o nosso povo trabalhador, a arrancada do Movimento das Forças Armadas na gloriosa madrugada do 25 de Abril, libertando Portugal das garras do fascismo.»

«A longa noite fascista não impediu, porém, à classe trabalhadora portuguesa em luta contra o fascismo, de acompanhar de perto a luta e as vitórias dos trabalhadores de outros países, as suas conquistas e os seus progressos nos países já libertados da exploração do homem pelo homem.»

«Convém salientar a grande importância da Unidade Sindical Nacional e Internacional na defesa dos interesses dos trabalhadores entre outros; o combate ao capitalismo contra o poder das multinacionais, contra os monopólios, por uma sociedade mais justa, objectivo final da luta dos trabalhadores em todo o mundo.»

«(...) O mês de Março passado foi sem dúvida o mais rico e complexo da nossa jovem democracia. A institucionalização do Movimento das Forças Armadas e criação do Conselho Superior da Revolução, a nacionalização da Banca e dos Seguros, medidas tomadas após o fracasso da referida tentativa reaccionária são garantes decisivos de todo um processo revolucionário que embora recuando e avançando viu solidificar-se mais a aliança Povo-Movimento das Forças Armadas no caminho firme de uma sociedade socialista.»

«Quem julga que para combater a reacção basta, no momento da vitória descer à rua com bandeiras e palavras de ordem, está enganado. A reacção combate-se no dia-a-dia, nas empresas, nos sindicatos, no convívio. A conjuntura actual aponta para a necessidade das forças populares se unirem numa frente democrática e patriótica, em que estejam presentes forças progressistas empenhadas no processo democrático para uma via socialista. Só assim é que o binómio Povo-Movimento das Forças Armadas, ombro a ombro, instaurará uma sociedade livre e igual, tanto política como económica.»

«Camaradas, termino, saudando uma vez mais em nome da Intersindical Nacional Portuguesa, dirigentes e trabalhadores representados neste Congresso, desejando-vos os maiores êxitos nos trabalhos e nas tarefas importantes que vos aguardam depois dele. Viva o Internacionalismo Proletário! Viva a amizade entre todos os Trabalhadores do Mundo.»

MENSAGEM DOS SINDICATOS JORDANOS

«O Secretariado Geral dos Sindicatos Jordanos e a sua classe trabalhadora apresenta-vos os desejos e à classe trabalhadora portuguesa de todos os sucessos e progressos na vossa actividade.»

«Tenho o prazer, após o meu regresso, de enviar-vos o meu sincero e caloroso agradecimento, em nome do Secretariado Geral e dos Trabalhadores Jordanos pela nobre actividade para com as justas causas e em especial para com a dos trabalhadores Jordanos e Palestinianos em particular na forma de defesa dos seus legítimos direitos.»

«Em relação ao vosso amável convite, para visitar Portugal é com prazer que respondo na perspectiva de encontrar os nossos camaradas Portugueses num País democrático para troca de opiniões conjuntas de vida dos trabalhadores.»

Este é o texto de uma mensagem enviada pelos camaradas Palestinianos que, ao enfrentarem duras condições de luta, vêem na Intersindical, o apoio activo dos trabalhadores portugueses aos trabalhadores palestinianos e à defesa dos seus legítimos direitos.

Isto é bem revelador do trabalho desenvolvido e do apreço em que é tida a acção da Intersindical pelos trabalhadores de todo o mundo.

Esta mensagem aparece na sequência da Conferência Internacional dos Trabalhadores do Petróleo e Indústrias Químicas realizada em Argélia nos fins de Março, e, na qual esteve presente uma delegação da Intersindical Nacional. Aqui, esta delegação estabeleceu contactos com os representantes dos trabalhadores asiáticos, africanos, árabes e latino-americanos.

Deste modo, o encontro marcou o início duma fase de estreita colaboração entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores dos países de quem o regime fascista nos isolara.

IRVING BROWN VOLTA A SER NOTÍCIA

O nosso conhecido Irving Brown volta a ser notícia. Segundo informam os seus comparsas da A.F.L.-C.I.O., no «Correio Operário Americano» (boletim traduzido num indigesto português que aquela central sindical dos E.U.A. publica quinzenalmente), o sr. Irving Brown passa agora a ser membro da direcção da O.I.T. (Organização Internacional de Trabalho). Escolhido pelos membros trabalhadores da Organização, Irving Brown substitui um outro membro da A.F.L.-C.I.O. Bert Seldman, na direcção da O.I.T.

Lembremos que aquela organização tem uma estrutura tripartida, onde coexistem elementos designados pelos Governos dos 125 países membros, e elementos designados pelo patronato e pelos trabalhadores.

A posição dos trabalhadores na O.I.T. é, já de si, minoritária. E quando «trabalhadores» como o sr. Irving Brown tomam ali assento, então mais desguarnecidas ficam as fileiras dos defensores dos interesses de quem trabalha.

Para os nossos leitores, que acaso não se lembrem de quem é o sr. Irving Brown, esclarecemos que se trata dum antigo agente da C.I.A., actual representante da central sindical A.F.L.-C.I.O., cuja missão no pós-guerra consistiu em criar divisões no movimento operário europeu. Missão que ele cumpriu a contento dos americanos financiadores da tarefa. Como também já foi amplamente divulgado, este sr. Irving Brown esteve em Portugal depois do 25 de Abril e decerto continua a jogar na sombra, apostando na divisão dos trabalhadores portugueses.

No mesmo boletim onde encontrámos a notícia da escolha do sr. Irving Brown para a direcção da O.I.T. insere-se um editorial da autoria do presidente da A.F.L.-C.I.O., sr. George Meany, em que este condena a política de aproximação dos E.U.A. com os países socialistas. Segundo este sindicalista, as últimas derrotas dos imperialistas americanos devem-se ao facto de mostrarem fraqueza ante a U.R.S.S. e os outros países do campo socialista. «Em toda a parte, o comunismo está em marcha. Em toda a parte o Ocidente está em retirada. Tais são os frutos, os amargos frutos da política de desanuviamento», escreve. A propósito, apresenta o exemplo português, dizendo: «Não pode haver dúvida de que a ousada investida comunista pelo Poder em Portugal é alimentada por uma tomada de consciência do declínio do poder americano no mundo.» Como se vê, podem os trabalhadores portugueses estar contentes com este «protector» que têm nos E.U.A. E todos os trabalhadores do mundo podem limpar as mãos à parede com o «representante» que têm na O.I.T., o sr. Irving Brown, comparsa sinistro do não menos sinistro George Meany...

30 DE ABRIL:

UMA DATA MEMORÁVEL PARA O POVO VIETNAMITA

«O dia 30 de Abril de 1975 será uma data para sempre memorável na história do Vietname. Foi nesse dia que se alcançou, finalmente, a libertação total do Vietname do Sul, do nosso bem-amado Sul, depois de mais de um século de luta incessante para reconquistar a verdadeira liberdade e a completa independência» — eis o começo duma breve mensagem que Lê Ky-van representante do Governo Revolucionário Provisório do Vietname do Sul às comemorações do Primeiro de Maio em Lisboa, enviou para os leitores do «Alavanca».

«Assim fica assegurada — continua a mensagem — a continuidade duma história autêntica feita de quatro mil anos de tradição de independência nacional. Foi por ter ignorado isso que hoje o agressor, vindo de além-Pacífico, e que, ainda por cima, é o mais poderoso país imperialista do mundo, provou, pela primeira vez na sua história, o fruto amargo da derrota. Houve quem nos comparasse a David, esse combatente armado duma simples funda face ao colosso. A nossa verdadeira força reside na vontade de todo um povo, animado pela sede de viver na independência e na liberdade, esses bens que consideramos os mais valiosos de todos.»

«Com a libertação de Saigão, (agora chamada cidade de Ho Chi-minh), depois da de Hué, Danang e de tantas outras cidades, realiza-se o sonho nascido há 30 anos, na efervescência carregada de esperanças duma independência acabada de conquistar aos fascistas e aos colonialistas! Mas foram precisos depois 30 anos de luta, pertinaz e dolorosa, 30 anos de sacrifício imenso para que o Sul — martirizado, mas heroico — pudesse finalmente ver esse dia radioso entre todos; o Sul do Vietname está libertado!»

«Nestas horas históricas, o nosso pensamento dirige-se para esses filhos e filhas do Vietname do Norte, que deram a sua vida pela libertação nacional, nos campos de batalha, nos cárceres inimigos ou sob a tortura. Que a sua memória lembre como a pátria lhes está reconhecida!»

«Que seja dado também o nosso reconhecimento aos governos e povos do mundo, entre eles o M. F. A., as forças progressistas e o povo português que nos apoiaram no nosso combate, quer por uma palavra amável, quer por um apoio indefectível e nunca desmentido.»

«No nosso Sul heróico e vitorioso poderão doravante estabelecer-se a paz, a independência, a democracia e a concórdia por uma obra de reconstrução nacional para a qual são chamados todos os filhos do Vietname sem distinção.»

«Vitória retumbante na nossa luta pela paz, Independência, democracia e concórdia nacional, uma vitória comum dos povos amantes da paz e da justiça no mundo»

30 ANOS APÓS A LIBERTAÇÃO

A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ MANTÉM BEM VIVA A HERANÇA ANTIFASCISTA

O povo da República Democrática Alemã comemora neste ano de 1975 o 30.º aniversário da libertação do jugo fascista hitleriano pelo glorioso exército soviético. Este aniversário celebra-se com um profundo agradecimento aos libertadores, e, ao mesmo tempo, com o sentimento profundo de que, com a activa ajuda da União Soviética, os trabalhadores do nosso país conseguiram honrar o legado dos combatentes antifascistas. O mundo sabe hoje que, no solo da República Democrática Alemã, se colheram consequentemente as lições da História, que adquiriu aqui formas reais a herança humanista e progressista dos melhores filhos do povo alemão.

No juramento de Buchenwald, os sobreviventes de muitas nações, aos quais foi restituída a vida, graças ao heroísmo dos exércitos vitoriosos de libertação, pronunciaram o compromisso de criar — mediante a extirpação das raízes do fascismo — as premissas para um mundo de paz e humanismo. Nesse espírito, agiram e lutaram infatigavelmente os presos libertados dos campos de concentração e dos cárceres fascistas, os combatentes ilegais dos exércitos aliados, as unidades dos guerrilheiros e os regressados da emigração na então zona de ocupação soviética como verdadeiros activistas da primeira hora. Durante o processo de transformações antifascistas e edificação do socialismo na jovem República Democrática Alemã as novas gerações foram formadas de acordo com o espírito antifascista. E também hoje, consoante a sua saúde e força, a sua energia e o seu saber, os combatentes antifascistas, os perseguidos pelo regime nazi e também pelo valor do seu exemplo, os assassinados ou os entretanto falecidos, contribuem activamente para facilitar as lições actuais dessa luta. Os efeitos das suas actividades intensificaram-se e ampliaram-se, sobretudo devido à criação de comités antifascistas em todas as provincias e municípios do nosso país.

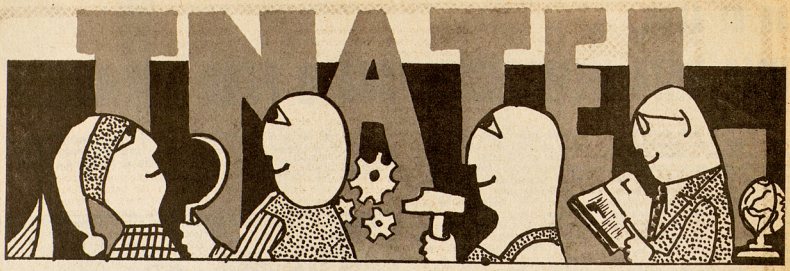
Sob a direcção do Comité dos Resistentes Antifascistas da província de Potsdam, 256 resistentes organizaram nesta província, em 1974, mais de 1800 reuniões, colóquios e debates nos quais participaram mais de 45 mil pessoas, especialmente jovens. ficou demonstrado que a jovem geração têm muito interesse pelas questões e os problemas da luta da resistência antifascista, e, em especial pelos seus ensinamentos actuais.

Também os locais comemorativos nos antigos campos de concentração de Buchenwald, Sachsenhausen e Ravensbrueck têm grande importância para recordar e advertir sobre a época cruel do fascismo hitleriano. Desde a sua inauguração, já foram visitados por mais de onze milhões de pessoas, entre elas grande número de jovens cidadãos da R. D. A. e estrangeiros. Também aqui, como noutros lugares comemorativos, se mantém bem alta a herança antifascista. Se o legado e os compromissos contraídos nos dias de Maio de 1945 estão mais vivos que nunca, é porque se entendem que devem ser aplicados permanentemente na luta pela paz e pelo desanuviamento.

As direcções centrais, assim como os comités provinciais e municipais dos resistentes antifascistas, estão em íntima ligação com a Juventude Livre Alemã, com a União Democrática das Mulheres Alemãs, com as Instituições do ensino público e com outras organizações sociais. Os nossos comités funcionam como conselheiros capazes e experientes, que dão ajuda e apoio correspondentes nos gabinetes para a formação dos professores e nas escolas, facilitando conhecimentos da herança antifascista e da investigação da luta contra a tirania fascista. O legado dos combatentes antifascistas é considerado na sociedade socialista não só como recordação ou história que temos de saber mas também como ensinamento vivo para agir no presente, pois aponta e caminho para um porvir feliz e pacífico de toda a humanidade.

por LUDWIG FINIKE *

* Membro da presidência e secretário da Direcção Central do Comité dos Resistentes Antifascistas da R. D. A.



O Ballet Nacional de Cuba em Lisboa

O Ballet Nacional de Cuba que completou 25 anos de existência em 1973, teve como primeiro nome Ballet Alicia Alonso, nome que por si mesmo significava o poder de elevar a arte do Bailado em Cuba a um nível e a uma altura comparável à que tinham alcançado em todo o mundo figuras proeminentes desta arte.

Mas, o sistema social, político e económico que existia em Cuba nessa época era hostil, na sua essência, ao desenvolvimento da arte do bailado.

Os anos que procederam ao triunfo revolucionário foram anos de dura prova para a companhia.

A escassa ajuda económica que recebia do Estado desde 1950, foi-lhe retirada em 1956 como represália política da tirania do governo de Baptista. Era este o pago que Baptista dava à companhia por não ter querido prestar-se às manobras do regime que pretendeu oficializar instituições culturais com o fim de as utilizar como seu instrumento de propaganda.

Esta medida provocou a reacção de destacadas personagens da arte e da cultura nacional Cubanas, associações cívicas e operárias, as quais realizaram um movimento de protesto a nível nacional que se convertem numa arma de luta contra a tirania.

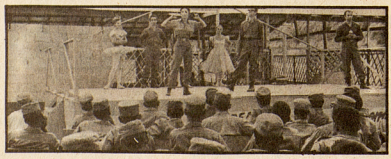
A companhia cessou as suas apresentações em público e Alicia Alonso negou-se a dançar de novo em Cuba, enquanto reinasse o regime de terror de Baptista.

Com o advento da revolução triunfante em 59, começa assim uma nova etapa para a Nação Cubana, e também para a cultura Cubana. O Povo, dono pela primeira vez do seu destino, dispõe-se a construir uma nova vida onde as mais altas manifestações espirituais e culturais têm um papel de 1.ª ordem. A sua categoria artística e revolucionária permitem ao Ballet Alicia Alonso de se constituir neste novo País em Ballet Nacional de Cuba.

As penúrias económicas desaparecem, os artistas podem assim dedicar-se por inteiro ao trabalho criador.

A Academia de Ballet Alicia Alonso que desde 1950 era o centro de formação de bailarinos com destino às companhias profissionais passou a chamar-se Escola de Ballet Nacional de Cuba e esta escola juntamente com diversas escolas provinciais. O desenvolvimento do Ballet em Cuba pôde assim alcançar o seu ponto máximo, a companhia situa-se entre as mais prestigiosas do mundo e principalmente no processo de formação de uma escola Cubana de Ballet reconhecida pela crítica mundial.

O Ballet de Cuba é desta forma uma instituição artística que contribuiu imenso para a projecção do prestígio nacional de Cuba no estrangeiro e que manteve entre os Cubanos a afeição pela arte da dança, respondendo assim ao interesse do Estado pela dignificação da cultura popular do seu país.



TEATRO PARA TRABALHADORES

* «O Insecticida», de Miguel Barbosa, pelo T. N. T.

Estreou-se no passado dia 6 do corrente mês «O Insecticida», de Miguel Barbosa, pelo Grupo Teatro do Nosso Tempo num novo espaço teatral, verdadeiramente inovador de tudo quanto se tem visto em Lisboa, situado à Praça José Fontana, n.º 12-B, metro Picoas.

Intérpretes: Rui Luís, Delfim Brás, Jorge Rocha e José M. Rosado, encenação de Jacinto Ramos.

O espectáculo faz uma retrospectiva da vida social, política e económica portuguesa antes do 25 de Abril, da situação marginalizada e desfavorecida das massas trabalhadoras sem possibilidades de subsistência perante a gula e egoísmo, a alarvidade e opulência dos detentores do poder e do capital.

O INATEL colabora neste espectáculo proporcionando aos trabalhadores, e seus familiares, de Lisboa e arredores, enquanto e uma vez que o espectáculo está em Lisboa, a entrada pelo preço muito especial de 5 escudos.

Os espectáculos realizam-se todos os dias, excepto às terças (dia de descanso) pelas 21,45 e aos sábados, «matinées», às 16 horas.

INTERCÂMBIO COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

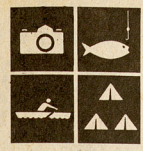
Na justa pretensão do INATEL ao querer desenvolver um turismo de dimensão cultural, com um cunho criteriosamente definido em termos progressistas, dirigido às massas trabalhadoras portuguesas se insere a recente visita a Portugal dos srs. Presidente da Secção Internacional do Turismo da Federação da Educação Checoslovaca e o director da Agência de Viagens Sport Turist, que se deslocaram ao nosso país para tratar de assuntos relacionados com o Rally FICC (iniciativa anual da Federação Internacional de Campismo e Caravanismo) que este ano vai ser organizado em Portugal pela Federação Portuguesa de Campismo, a realizar na Lagoa de Santo André, em Melides, de 2 a 11 de Agosto e cuja participação checoslovaca anda à volta de 200 a 300 trabalhadores.

O INATEL aproveitou esta oportunidade que se lhe deparou, antevendo a hipótese de positivamente orientar as suas pretensões quanto ao turismo social e intercâmbio turístico, e assim promover e desenvolver o mais rápido possível contactos que visassem o estabelecimento de um acordo entre os dois países.

Demos conhecimento de como pretendemos e estamos a fazer o turismo (incluindo centros de férias e turismo social) para os trabalhadores portugueses.

Propositadamente deslocamo-nos ao Centro de Férias da Foz do Arelho. Daqui resultou um entusiasmo da parte da Delegação Checoslovaca que se traduziu na vontade de estabelecer no futuro um intercâmbio turístico já (no próximo ano) entre trabalhadores dos 2 países.

Assim o INATEL convidará para o próximo ano 10 trabalhadores checoslovacos que se deslocarão ao nosso país e por sua vez os checoslovacos convidarão dez trabalhadores portugueses que visitarão o seu país numa troca simbólica, que dará início ao intercâmbio turístico entre os nossos países.



CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA E SECTOR PÚBLICO, de A. Levkovski — Editorial Estampa.

«Todos os países em vias de desenvolvimento, ou exceptuando alguns (compreendidos nestes últimos os felizes possuidores de importantes jazigos de petróleo) têm falta de meios para proceder à transformação da sua economia nacional. Os flagelos inerentes às estruturas económicas herdadas do colonialismo, a insuficiente produtividade do trabalho, etc. impedem a subida do nível da receita nacional. Outras dificuldades surgem no escoamento das mercadorias produzidas porque são essencialmente destinadas à exportação para os mercados ocidentais, onde os preços não cessam de baixar, enquanto que os dos produtos manufacturados fornecidos pelos países capitalistas se mantêm geralmente altos. Todos estes factores provocam nos países do Terceiro Mundo a degradação das condições de comércio externo e a redução do volume dos capitais utilizáveis para a acumulação».

PRESOS POLÍTICOS — DOCUMENTOS 1972-1974 — pela «Comissão Nacional de Socorros aos Presos Políticos» — Iniciativas Editoriais.

«Ao publicar agora o 2.º volume da sua documentação, que abrange as actividades desenvolvidas de 1972 a 1974, a C.N.S.P.P., do mesmo passo que faz a divulgação mais ampla do que foram essas actividades, pretende prestar, com esta publicação, a homenagem que lhe merecem todos os militantes antifascistas, homens e mulheres, que rasgaram com o sacrifício da sua liberdade e mesmo das suas vidas os caminhos da luta contra a tirania.»

HISTÓRIAS DA PRISÃO, de Júlio Graça — Iniciativas Editoriais.

«Na roda dos meus amigos comunistas existem alguns ainda felizmente vivos, apesar das torturas que a PIDE/DGS infligiu a todos. Contaram-me episódios, experiências, tanto eles como eu nunca preocupados pelo registo intencional na memória do ouvinte. E um dia procurei anotar esses factos somando-lhes a minha imaginação de pormenor e de verosimilhança. Surgiram-me os três primeiros capítulos, qualquer deles com princípio, meio e fim. Só que um fio muito forte os ligava, de que só me apercebi mais tarde. A unidade surgira naturalmente e fortalecera-se não só através do que me impressionara — o desapego à morte, o amor mais vivo e forte apesar da separação violenta —, mas, acima de tudo, da ideologia e da luta comum desses meus amigos.»

Cinema

Apesar da grande percentagem de filmes erótico-pornográficos que invadem os cinemas da capital, e são garantia de lucros fáceis convém chamar a atenção para alguns filmes e não perder. Por uma questão de espaço limitar-nos-emos desta vez quase que exclusivamente a estreias.

Cartaz

OS OPRIMIDOS, uma obra-prima do cinema húngaro do realizador Miklos Jancsó, no Apolo 70.

A CORAGEM DO POVO, importante filme boliviano em exibição no Universal.

WOODSTOCK, reportagem de um extraordinário festival musical de canções mais ou menos **engagées**, sobre problemas com que a América se debatia. Cinema Caleidoscópio.

FRITZ O GATO, no Londres. Não perca este delicioso filme de desenhos animados. Fritz, o Gato, é um personagem marginal que atravessa vários ambientes típicos americanos, como seja o bairro dos negros, dos judeus, os drogados, a polícia, etc. É uma crónica satírica da vida americana.

Achamos que não vale a pena ir ver:

O COLCHÃO EM DELÍRIO
O DELICADINHO NA ALEMANHA
JUSTICEIRO NO TEXAS

Teatro

Pela importância do acontecimento, resolvemos referir apenas um espectáculo há pouco estreado em Lisboa:

CONCERTO EXTRAORDINÁRIO, do Teatro de Marionetas de Moscovo, de Serghiej Obraztsov, apresentado no Tivoli. O teatro de marionetas é geralmente considerado um espectáculo para crianças, mas o Teatro de Marionetas Obrastzov é também um teatro para adultos. À medida que o espectáculo se desenrola há um conferencista que explica ao público, em língua portuguesa, pormenores a respeito das várias situações que se desenrolam em cena.

TV

4.ª-FEIRA, 14 — **Há só uma terra,** às 19.30, um programa de Luís Filipe Costa a não perder. Desta vez o tema é o «meio ambiente». Aos adeptos de futebol chamamos a atenção para a transmissão directa do jogo da Final da Taça dos Vencedores das Taças, às 20.30.

5.ª-FEIRA, 15 — **Com todas as letras,** às 19.05, um programa de Eduardo Prado Coelho. **TV PALCO,** às 13.30, coordenação e apresentação do actor Igrejas Caeiro e às 21.30 mais um episódio da série **«Os Camponeses».** No segundo programa, **Fronteiras do Amanhã,** às 20.40 e às 21.25 um episódio da série **Terras Bravias,** com Glen Ford.

6.ª-FEIRA, 16 — **Perspectiva,** às 19.05, um programa de José Elyseu sobre artes plásticas. Às 20.30 **Afinal como é?** um programa do Dr. Pitacas Antunes que tem muitos adeptos. Às 21, mais um episódio dos **Inquéritos do Comissário Maigret,** série baseada em novelas de George Simenon com Jean Richard no protagonista. No 2.º Programa pode ver Stop, um programa sobre problemas de trânsito, de Joaquim Filipe Nogueira, às 20.40 e **O Perigo é a minha profissão,** às 21.25.

SÁBADO, 17 — Se aprecia o humor à inglesa, veja **Os Malucos do Circo,** às 13.45 no 1.º Programa e às 20 no 2.º Programa. **Memórias do nosso Tempo,** às 19, **A História é feita pelo povo,** às 20.30 e às 21, em noite de cinema, **La Marie du Port,** um filme com Jean Gabin e Nicolle Coucel. Ainda no 2.º Programa, tem o **Programa das Forças Armadas** às 22.20.

DOMINGO, 18 — A programação parece-nos bastante fraca, mas em geral o **Teledomingo** salva a programação.

Rádio

Alavanca — Diariamente das 0.05 às 2 h, no Rádio Clube Português, onda média. A voz da Intersindical.

Movimento — todos os dias em Rádio Clube Português das 18 às 20, excepto ao domingo.

Sindicalismo (Programa de Helena Neves e Madeira Claudino). Na Emissora Nacional às 2.ª e 6.ª feiras às 22 horas; aos sábados às 16.05.

Contamos, talvez já a partir da próxima semana, dar um panorama mais circunstanciado a respeito de alguns programas de maior interesse.

CAMARADA PESCADOR: O TEU SINDICATO

SERÁ AQUILO QUE TU QUISERES

«Camarada pescador o teu Sindicato será aquilo que tu quiseres que seja», pode ler-se num cartaz colocado à entrada do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal. Mas esta afirmação tem um significado mais amplo. Poderemos mesmo dizer que este País, Portugal poderá ser tudo aquilo que nós quisermos. O nosso futuro pertence-nos, a nós, trabalhadores portugueses, a nós, Povo de Portugal. Somos nós que, colectivamente, de mãos dadas, temos de resolver os nossos problemas que, de resto, não são poucos.

Tal como disse o nosso primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, há que optar: **«Revolução ou reacção».** É assim uma espécie de «ou sim ou sopas», não existem meios termos. Esta é a verdade nua e crua, custe a quem custar. Pela Revolução deveremos, pois, todos lutar, caso contrário o fascismo estará de volta. E, já agora, a quem interessa o fascismo? A resposta é simples: só aos fascistas!

Mas vejamos o que fomos nós fazer a Setúbal, mais precisamente ao Sindicato dos Pescadores. É que após 48 anos de fascismo, de triste memória, os pescadores do distrito de Setúbal formaram, finalmente, o seu Sindicato.

Eis o que começou por nos dizer Francisco Andrade, membro da Comissão Pró-Sindicato: **«Até ao 25 de Abril os pescadores aqui do distrito nunca tiveram Sindicato, pelo menos durante o período fascista. No entanto, neste mesmo edifício funcionava já em 1918 a Associação dos Pescadores. Com a subida de Salazar ao poder a Associação desapareceu. Desde então até ao 25 de Abril existiu apenas a casa dos Pescadores, organismo onde tudo cabia, desde patrões até camaradas passando pelos mestres.»**

Estávamos, portanto, em face de um organismo corporativo onde se tentavam conciliar os interesses de patrões e trabalhadores, isto é, exploradores e explorados. Aqui vai a opinião de Francisco Andrade: **«A Casa dos Pescadores nunca serviu para nada. Para lá das consultas médicas, e mesmo assim dadas em péssimas condições, nada mais se fazia. Com o 25 de Abril a classe começou a organizar-se, fizeram-se diversas reuniões, até que em Junho se realizou uma Assembleia na lota. Foi eleito o nosso camarada tio João Sopa para presidente da Casa dos Pescadores e uma direcção. No dia seguinte saneou-se a antiga direcção e tomaram-se medidas no sentido de pôr o Sindicato a funcionar o mais depressa possível.»**

Foi então que surgiram as primeiras manobras por parte do patronato: **«As tantas** — prossegue Francisco Andrade — **até proprietários dos barcos, patrões, andavam metidos nisto. Seguiram-se uma série de tentativas de despedimentos, até que em Janeiro a direcção demitiu-se.**

No fundo estava-se a tentar formar um Sindicato com patrões à mistura, era aquilo a que eles chamavam um «sindicato livre.» Por detrás de tudo isto estava um tal Francisco Sales e um Carlos Miguel que só faziam o jogo dos patrões.»

Havia, pois, que meter mãos à obra e fazer tudo de novo. Foi isso mesmo que fizeram os pescadores de Setúbal.

Vejamos o que nos contou o nosso entrevistado: **«Apercebemo-nos de todas estas manobras e demos início a um trabalho de reconstrução, de base, mas mesmo assim houve muitas tentativas de boicote. Mas os pescadores viram de que lado estava a razão, não quiseram o «sindicato livre», nem querem ouvir falar nisso, Em contrapartida, o novo Sindicato foi formado a partir das bases. Realizaram-se várias reuniões e, finalmente, no dia 8 de Fevereiro, em Assembleia Geral, foram eleitos os corpos gerentes da Comissão Pró-Sindicato.»**

Uma vez constituído o Sindicato, problemas não faltam nem faltarão, pelo menos nos tempos mais próximos. Sobre o assunto, Francisco Andrade adiantou-nos: **«Neste momento, o número de pescadores sindicalizados é de 723, quer isto dizer que ainda falta sindicalizar quase o dobro. Promovemos já uma campanha de sócios bem como algumas sessões de esclarecimento sobre sindicalismo com a ajuda da Intersindical e da União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal. Aliás, em quase tudo nos têm ajudado.**

Apesar de tudo há uma certa dificuldade em chamar as pessoas ao Sindicato. Há ainda um certo receio, são os tais 48 anos de fascismo a funcionar. Por outro lado, e como é sabido, mais de 75 por cento dos pescadores não sabe ler nem escrever. Por isso, realizámos uma campanha de alfabetização com a ajuda de professores amigos que quiseram colaborar connosco. Inscreveram-se 45 mas só cá apareceram cinco ou seis. Muitos deles não se acreditam que são capazes de aprender a ler ou escrever.»

Antes de avançarmos um pouco mais, convém reflectir sobre esta última afirmação do amigo Andrade: ...**«não se acreditam que são capazes»**... É isso mesmo, durante 48 anos nunca nos deixaram tomar qualquer iniciativa. Daí a falta de confiança em nós próprios. É contra esse estado de coisas que devemos lutar. Voltemos então às declarações que nos foram feitas pelo nosso interlocutor: **«Quanto à contratação colectiva, estamos neste momento a elaborar os contratos colectivos de trabalho da sardinha, redes de emalhar (pescada) e pesca de anzol.**

Para já, estabelecer uma tabela salarial igual para todos vai ser um pouco difícil. É que, geralmente, os pescadores querem ganhar à percentagem sobre o pescado. Mas, está a ver, por vezes passam-se meses sem se ir ao mar por causa do temporal. Ora, quando isso acontece não se recebe ordenado. Por agora vamos lutar pelo ordenado mínimo nacional, depois logo se vê. Pretendemos também que se proceda à revisão das reformas e das pensões de invalidez. Neste último caso o máximo que se recebe até agora é de 500$00, não pode ser.»

Referindo-se ao problema da assistência, ainda que superficialmente, Francisco Andrade afirmou-nos: **«Por exemplo: aqui na Casa dos Pescadores todos os dias há consultas dadas por um único médico, durante uma hora. Se aparecer uma doença de urgência, fora da hora de consulta, nada feito. Mas sabe, sobre esse assunto nem vale a pena falar uma vez que tudo isso só será resolvido quando a Previdência fôr socializada.»**

A terminar a nossa entrevista, Francisco Andrade fez o seguinte apelo: **«Faço um apelo no sentido de todos os nossos camaradas virem até ao Sindicato. Quantos mais melhor uma vez que trabalho não falta. Por outro lado todos juntos poderemos conduzir melhor a luta pelos nossos legítimos direitos.»**

Estava-se a tentar formar um Sindicato com patrões à mistura, era aquilo a que eles chamavam um «sindicato livre»

REGULAMENTO INTERNO
DA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO MAR

Na reunião de 27 de Setembro de 1918 foi aprovado em Assembleia Geral, que se transcrevesse n'estas cadernetas os seguintes artigos e paragráphos do Regulamento Interno:

Artigo 1.º — O socio de novo inscripto só tem direito ao cartão passados que sejam tres annos da sua inscripção, pagando as suas quotas uma por cada vez.

§ 1.º — O socio de novo inscripto tera, além das condições acima referidas, de pagar a titulo de joia a quantia de 10$000 reis, sendo-lhe permittido pagar a mesma em cinco prestações mensaes, as quaes reverterão para o cofre dos inhabilitados.

Artigo 2.º — Os socios inscriptos depois de 1 de Novembro de 1914 só teem direito a roupas perdidas por desastre no mar e a funeral, 4 annos depois da sua inscripção e tendo direito ao subsidio de inhabilitado 5 annos depois de se lhe ter passado cartão.

Artigo 3.º — Ao socio que se atrazar em mais de 8 quinzenas ser-lhe-hão suspensas as garantias

... «neste mesmo edifício funcionava já em 1918 a Associação dos Pescadores.»